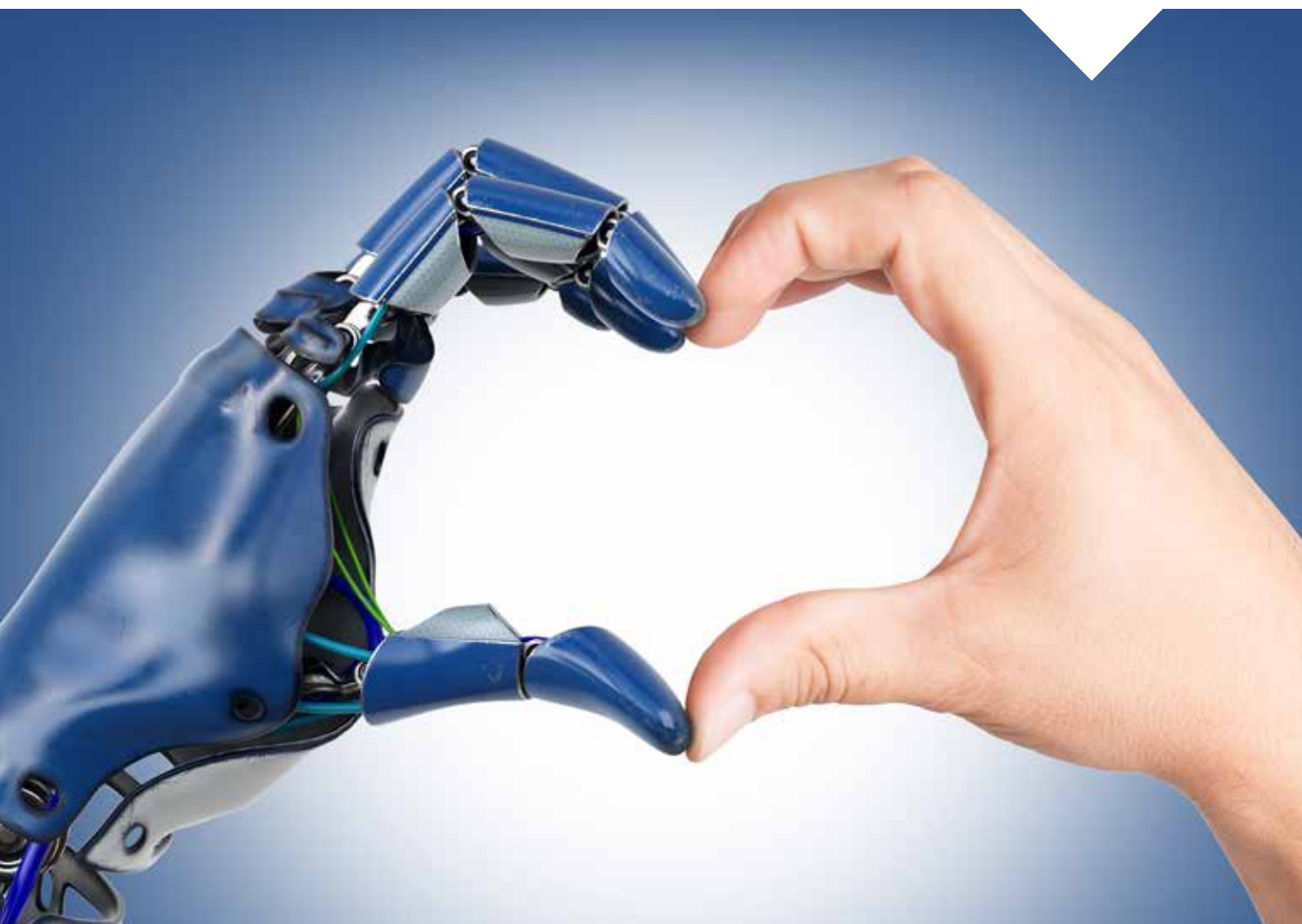


Seguros & Cidadania

O PRESENTE E O FUTURO
DA ATIVIDADE SEGURADORA





Siga-nos:
www.apseguradores.pt



Para ver e fazer download desta revista online acesse às Publicações Periódicas, no site da APS.



Publicação
Rua Rodrigo da Fonseca, 41
1250-190 Lisboa

Design e paginação
Zincodesign

Produção
Tutti-Frutti

Tiragem
online

Depósito Legal
440692/18

novembro 2020



04. EDITORIAL - ALEXANDRA QUEIROZ, DIRETORA GERAL DA APS

01. INSTITUCIONAL

- 06.** ENTREVISTA A JOÃO NUNO MENDES, SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FINANÇAS
- 10.** ENTREVISTA A MARGARIDA CORRÊA DE AGUIAR, PRESIDENTE DA AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

02. DESTAQUE

- 14.** TRÊS PRESIDENTES DE SEGURADORAS À CONVERSA SOBRE O PRESENTE E FUTURO DO SETOR: JORGE MAGALHÃES CORREIA (FIDELIDADE); PEDRO CARVALHO (GRUPO GENERALI SEGUROS) E STEVEN BRAEKEVELDT (AGEAS PORTUGAL)
- 22.** ESTUDOS DE DOENÇAS NA CARTEIRA DE SEGUROS DE SAÚDE: CATARATAS E ONCOLOGIA
- 25.** MOBILIDADE E CIDADES INTELIGENTES
- 30.** ENTREVISTA A ANTÓNIO COSTA SILVA, AUTOR DA "VISÃO ESTRATÉGIA PARA O PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA DE PORTUGAL 2020-30"

03. LITERACIA FINANCEIRA

- 36.** LIVRO "TALVEZ UMA APP", DA APS

04. SEGUROS EM NÚMEROS

- 38.** SEGUROS EM NÚMEROS

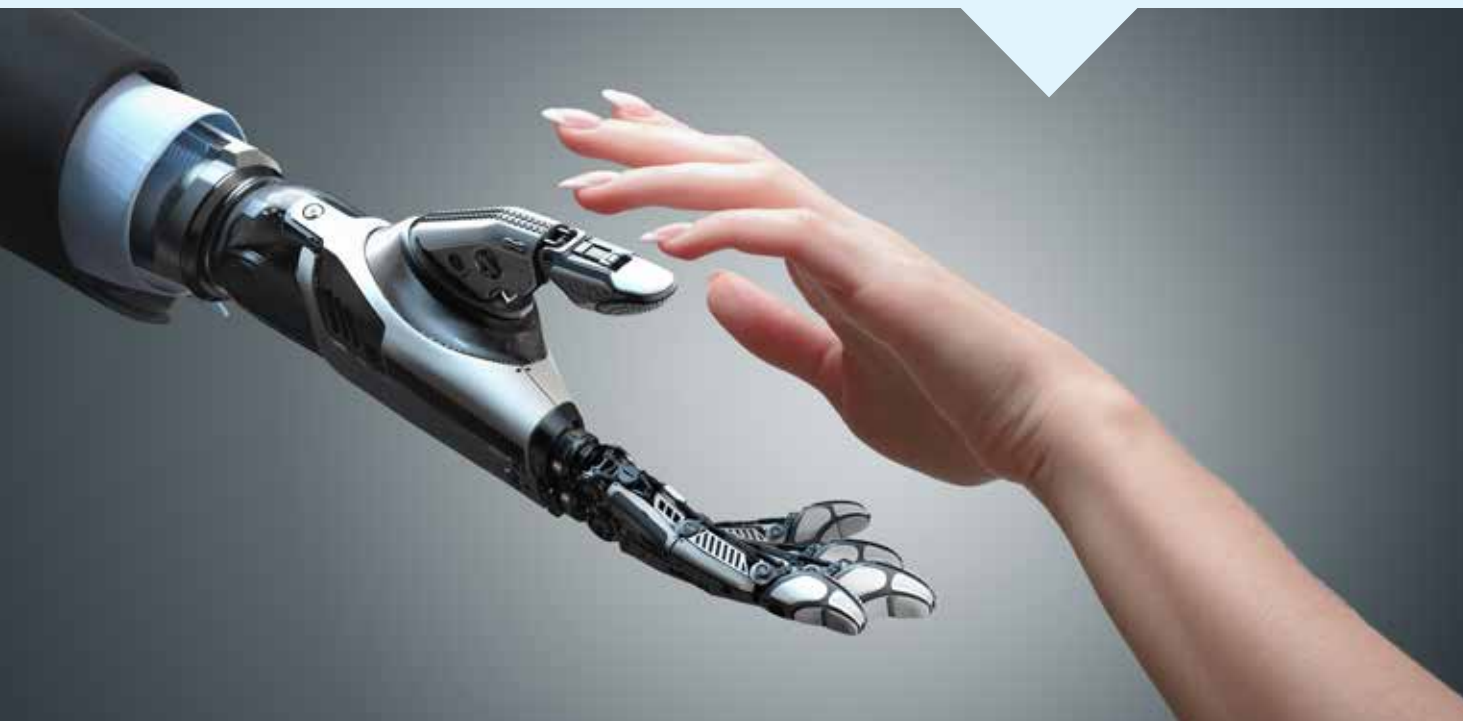
05. NOTÍCIAS

- 39.** MAIS LITÍGIOS INTERNACIONAIS E GRANDES RISCOS ENTRE AS METAS DO CIMPAS
- 40.** CARTA VERDE PERDE A COR E QUER SER MAIS AMIGA DO AMBIENTE
- 41.** PORTUGUESES SÃO, ENTRE OS EUROPEUS, OS QUE MENOS POUPAM PARA A REFORMA
- 42.** PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO SETOR SEGURADOR
- 44.** CRONOLOGIA COVID-19

06. ANÁLISE

- 47.** "OS SEGUROS E A PANDEMIA", POR JOSÉ LEÃO
- 51.** "FINANÇAS SUSTENTÁVEIS E O SETOR SEGURADOR", POR LUÍS MALCATO
- 54.** "TELETRABALHO: ALGUMAS PONDERAÇÕES SOBRE O REGIME JURÍDICO VIGENTE E DÚVIDAS QUE SUSCITA", POR PEDRO ROMANO MARTINEZ

Seguros & Cidadania



“Era o melhor de todos os tempos, era o pior de todos os tempos, era a idade da sabedoria, era a idade da loucura, a época da fé e a época da incredulidade, o período da luz e o período das trevas, a primavera da esperança e o inverno do desespero. Tínhamos tudo à nossa frente, não tínhamos nada à nossa frente...”

in *História em Duas Cidades*, de Charles Dickens, a propósito da Revolução Francesa.

Li esta citação numa das crónicas do nosso cardeal, José Tolentino Mendonça, na revista do jornal *Expresso*, a propósito de interpretações sobre os perigos e as oportunidades tão contrastadas, e de uma divisão acentuada de perspetivas sobre a escola, para concluir que seria um absurdo voltar ao dualismo cartesiano, em que a mente tem o primado, julgando assim poder dispensar o corpo, as emoções ou a tangibilidade da relação educativa enquanto prática colaborativa e comunitária.

E o que é dito sobre a escola, pode perfeitamente ser replicado no que ao trabalho nas empresas, e à vida em geral, diz respeito.

É certo que temos sido inundados com mensagens contraditórias sobre a propagação e os efeitos deste novo vírus, sobre os tratamentos a aplicar e até sobre as vacinas que estão em preparação. É certo que, apesar de todos os estudos, continuam a subsistir muitas incógnitas sobre o comportamento do vírus e sobre as formas mais eficazes de lidar com ele. É certo que todos os dias somos inundados com medidas, também elas contraditórias, mais ou menos eficazes, mais ou menos populistas, para evitar o colapso das economias e dos sistemas de saúde. Mas, isso não pode levar a que se crie um novo normal, fundado no receio e no medo do desconhecido, em que tudo funcione apenas com base em interações digitais, à distância, em que as máquinas e a inteligência artificial substituam o contacto próximo entre as pessoas, num registo relacional frio e desprovido de emoções.

É, por isso, importante ir retomando o trabalho presencial nas empresas, readquirindo práticas de sociabilidade entre colegas e chefias, estabelecendo laços de pertença às organizações, criando dinâmicas, com os mais diversos parceiros, associadas a novos projetos, respondendo às necessidades dos clientes, contribuindo para o funcionamento da economia, e fazendo os ajustamentos que o tempo futuro aconselhe.

É dever de cada um de nós dar o nosso contributo para que este seja, de facto, um tempo de sabedoria, de fé, de luz e de esperança, o tempo de um mundo melhor. Este tempo será sem dúvida mais digital, mais moderno, com novas formas de mobilidade, com mais tecnologia, mas não pode nunca dispensar ou minimizar a importância do contacto humano nem pode, nem deve, deixar ninguém para trás, em especial os mais vulneráveis.

O setor segurador pode, no seu conjunto, dar também um contributo importante, criando para os seus clientes soluções mais expeditas que assegurem o acesso a consultas e tratamentos dos que estão doentes, propiciando soluções de poupança que salvaguardem um rendimento seguro e adicional quando é mais preciso, disponibilizando produtos novos que vão ao encontro das necessidades de proteção e segurança de pessoas e bens. É este o mote desta edição da revista.

Boa leitura!



**Alexandra
Queiroz**

DIRETORA GERAL DA APS



João José Bica/Portal do Governo

João Nuno MendesSECRETÁRIO DE ESTADO
DAS FINANÇAS**ENTREVISTA**

“O setor segurador pode, e deve, desempenhar uma função imprescindível na atenuação dos riscos”

João Nuno Mendes, Secretário de Estado das Finanças, defende que as novas tendências, como a digitalização e as alterações climáticas, trazem extraordinárias oportunidades e desafios ao setor segurador

PORTUGAL ASSUMIRÁ EM BREVE A PRESIDÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA. HÁ ALGUM TEMA NA AGENDA DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA QUE JUSTIFIQUE A ESPECIAL ATENÇÃO OU CONTRIBUTO DO SETOR SEGURADOR EM PORTUGAL?

Os serviços financeiros vão ter um papel de destaque na agenda da Presidência Portuguesa e o setor segurador não será exceção. Assumimos que terá especial importância a revisão da Diretiva do seguro automóvel, podendo caber à Presidência Portuguesa a tarefa de alcançar um acordo político com o Parlamento Europeu sobre a matéria. Portugal tem defendido o alargamento do seguro obrigatório de responsabilidade civil, adaptando-o à jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia, bem como o reforço da proteção das vítimas de acidentes rodoviários e a melhoria do regime de reconhecimento das declarações de históricos de sinistros, em particular em situações transfronteiriças.

Também assumirá especial importância a promoção de iniciativas relacionadas com a resiliência operacional no sistema financeiro. Num contexto de acelerada digitalização da economia, o aumento dos riscos operacionais nesta atividade trará novos desafios que devem ser abordados.

A nível nacional, temos também o objetivo de promover outros desenvolvimentos na área seguradora para além dos que estão presentes na agenda da União. Um deles, em consonância com o eixo da transição digital, respeita à desmaterialização do dístico do seguro automóvel. Trata-se de uma medida de simplificação e redução de custos, incluindo ambientais, com grande impacto.

COMO OLHA PARA O FUTURO DO SETOR SEGURADOR – EM TERMOS TAMBÉM DAQUILO QUE SÃO AS PRIORIDADES DO GOVERNO, NOMEADAMENTE, A DIGITALIZAÇÃO, AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E O INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL?

A digitalização da economia e as alterações climáticas suscitam desafios a todos os setores da economia e ao setor financeiro em particular.

As alterações climáticas exigem uma ação decidida e determinada. Hoje enfrentamos já os efeitos das alterações do clima e, a cada atraso na implementação de medidas, maiores serão os efeitos que sofreremos no futuro. O setor segurador pode, e deve, desempenhar uma função imprescindível na atenuação dos riscos. Parece-nos importante estudar e avaliar um sistema de proteção contra riscos naturais, com particular relevância para aqueles

que assumem uma dimensão de catástrofe. E igualmente criar uma rede de segurança que garanta uma proteção adequada contra eventos ambientais, protegendo pessoas e bens. As alterações climáticas reforçam, ainda mais, a importância deste sistema e mecanismo. Um sistema que procure responder às necessidades das famílias e empresas, seja acessível e com um custo adequado à proteção desses riscos.

A digitalização traz extraordinárias oportunidades e desafios ao setor segurador. Melhor conhecimento dos riscos e capacidade para a sua antecipação, soluções mais dinâmicas para interagir com os clientes, maior capacidade para criar produtos à medida e maiores níveis de eficiência. A revolução tecnológica e digital nos outros setores obrigará a mudanças importantes na própria área seguradora, veja-se o exemplo do seguro automóvel e toda a reconfiguração económica que resultará da condução automatizada. Como impactará esta mudança na taxa de sinistro?

A digitalização traz extraordinárias oportunidades e desafios ao setor segurador. Melhor conhecimento dos riscos e capacidade para a sua antecipação, soluções mais dinâmicas para interagir com os clientes, maior capacidade para criar produtos à medida e maiores níveis de eficiência.



João José Bica/Portal do Governo

A QUESTÃO DA POUPANÇA E DOS BAIXOS ÍNDICES DE POUPANÇA DAS FAMÍLIAS É UM TEMA QUE ATRAVESSA GOVERNOS, TEMA QUE SALTA PARA A RIBALTA, EM ESPECIAL, EM TEMAS DE CRISE. QUE SOLUÇÕES PODERÃO SER PROSEGUIDAS PARA, POR UM LADO, INCENTIVAR ESSA POUPANÇA AO NÍVEL DAS FAMÍLIAS, EXTENSÍVEL ÀS EMPRESAS E, POR OUTRO, EVITAR O AGRAVAMENTO DO CICLO ECONÓMICO RECESSIVO COM QUE NOS DEPARAMOS? PODERÁ O PEPP – PAN EUROPEAN PENSION PRODUCT – TER AQUI UM PAPEL RELEVANTE? SÃO DE ESPERAR INCENTIVOS DE NATUREZA FISCAL?

Estamos focados e comprometidos com a dinamização da poupança. Acima de tudo, é importante que os cidadãos tenham rendimentos que lhes permitam poupar e aforrar. Este Governo, continuando o trabalho iniciado na anterior legislatura, mantém o objetivo de recuperar e melhorar rendimentos das nossas famílias. Mas é igualmente importante a diversificação da oferta de produtos de poupança. Para isso é necessário olharmos quer para o mercado segurador quer para o mercado de capitais. Ambos têm produtos que podem ser interessantes para os aforradores e constituir alternativas aos produtos bancários. Entendemos que é fundamental a saudável concorrência entre setor segurador, mercado de capitais

e setor bancário. No fim, todos ganham: as famílias, as empresas e a economia. A este respeito, o PEPP poderá desempenhar um papel importante nessa diversificação.

DE QUE FORMA PODERÁ A NÍVEL DO EXECUTIVO SER REFORÇADO A LITERACIA FINANCEIRA DOS CONSUMIDORES PORTUGUESES – NUM CONTEXTO EM QUE OS OPERADORES DO SETOR FINANCEIRO TÊM DE DIVULGAR UM VASTO CONJUNTO DE INFORMAÇÃO QUE, MUITAS VEZES, NÃO É PERCETÍVEL POR PARTE DOS CONSUMIDORES?

O aumento da formação e conhecimento sobre o sistema financeiro garantirá que todos, sem exceção, poderão ter maior capacidade de análise e compreensão de riscos e de conscientemente aceitar ou rejeitar um produto financeiro. Quanto mais cedo se promover o contacto com estas matérias – cada vez mais transversais na vida de qualquer cidadão – mais cedo teremos cidadãos mais capacitados para tomarem as melhores decisões financeiras para si.

Amelhoria da qualidade da informação a que os tomadores de seguros têm acesso é igualmente fundamental. Não basta quantidade, mas, sobretudo, qualidade. Para cumprir a sua função, uma mensagem precisa de ser adequada ao destinatário, em especial quando temos menos tempo disponível. Hoje, mais informação significa informação mais orientada, direta e acessível.

NA SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA QUE O SETOR SEGURADOR ASSUME PARA A ECONOMIA NACIONAL E ENQUANTO INVESTIDOR INSTITUCIONAL DE GRANDE RELEVÂNCIA?

O setor segurador desempenha uma função económica essencial na nossa sociedade, garantindo a cobertura de riscos inerentes à vida das pessoas ou à atividade das empresas. Hoje não é possível imaginar como seria um mundo em que grande parte do decurso da nossa vida não beneficiasse da cobertura de um contrato de seguro... Pensemos nos custos que isso representaria para a economia.

A participação do setor segurador nos mercados financeiros é também muito importante, representando uma expressiva fonte de financiamento para as empresas e também para o próprio Estado. Os dados divulgados demonstram precisamente a contínua importância do setor segurador no desempenho dessa função, sendo um significativo investidor institucional no mercado de dívida, seja pública, seja privada. Essa participação é essencial para permitir a diversificação de fontes de financiamento



João José Bica/Portal do Governo

das nossas empresas que, assim, têm igualmente alternativas ao tradicional financiamento bancário. Essa circunstância é ainda mais reforçada no atual contexto de preparação e planeamento da recuperação e retoma económica, em que a disponibilidade de financiamento e capitalização serão essenciais para assegurar a retoma das nossas empresas e o regresso aos níveis pré-pandemia. O setor segurador poderá, portanto, desempenhar um papel decisivo no financiamento da retoma.

NUMA PERSPETIVA MAIS PESSOAL, QUE TIPO DE SEGUROS CONTRATA? E QUAL O PAPEL QUE OS SEGUROS TÊM NA SUA VIDA E PARA SUA SEGURANÇA?

Todos os seguros que contrato dão-me segurança e proteção. Tenho a consciência que, até determinados limiares, segurei e cobri riscos a que estou exposto, seja do automóvel, seja da habitação. Segurar é um pequeno custo para evitar, quem sabe, um grande custo que poderemos não ter capacidade para suportar. Existe uma consciência clara entre todos os operadores de que há matérias que são concorrenciais e outras onde faz sentido cooperar, de modo a conseguir sinergias em termos de eficiência operacional ou eficácia de processos, resultando em benefícios para os clientes, sejam eles empresas ou famílias. E cabe aqui salientar o

papel que a APS tem na promoção desta cooperação, enquanto fórum de debate e partilha de soluções que facilitem estes objetivos.

O setor segurador desempenha uma função económica essencial na nossa sociedade, garantindo a cobertura de riscos inerentes à vida das pessoas ou à atividade das empresas.



Margarida Côrrea de Aguiar

PRESIDENTE DA
AUTORIDADE DE
SUPERVISÃO DE SEGUROS E
FUNDOS DE PENSÕES (ASF)

ENTREVISTA

*“As autoridades de supervisão
devem assumir um papel ativo
no ecossistema digital”*

A Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), Margarida Corrêa de Aguiar, considera que a transformação tecnológica e dos modelos de negócios acarreta riscos adicionais e diferentes dos riscos tradicionais

PORTUGAL ASSUMIRÁ EM BREVE A PRESIDÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA. HÁ ALGUM TEMA NA AGENDA DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA QUE JUSTIFIQUE A ESPECIAL ATENÇÃO OU CONTRIBUTO DO SETOR SEGURADOR EM PORTUGAL?

Os serviços financeiros vão ter um papel de destaque na agenda da Presidência Portuguesa e o setor segurador não será exceção. Assumimos que terá especial importância a revisão da Diretiva do seguro automóvel, podendo caber à Presidência Portuguesa a tarefa de alcançar um acordo político com o Parlamento Europeu sobre a matéria. Portugal tem defendido o alargamento do seguro obrigatório de responsabilidade civil, adaptando-o à jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia, bem como o reforço da proteção das

vítimas de acidentes rodoviários e a melhoria do regime de reconhecimento das declarações de historiais de sinistros, em particular em situações transfronteiriças.

DECORRIDO MAIS DE UM ANO DESDE QUE ASSUMIU FUNÇÕES COMO PRESIDENTE DA ASF, E VINDO DE FORA DO SETOR, O QUE MAIS A SURPREENDEU, ATÉ AGORA, PELA POSITIVA E PELA NEGATIVA?

Desde que assumi funções na ASF que tenho tido a oportunidade de confirmar o que já conhecia sobre o setor dos seguros e o setor dos fundos de pensões. São setores maduros e experientes que assentam a sua atividade em boas práticas e cujo impacto na sociedade e na economia é, a todos os níveis, indispensável e insubstituível. Não foi propriamente uma novidade, mas sim a constatação da qualidade da gestão de ambos os setores e da sua capacidade de resposta num mercado competitivo com níveis crescentes de exigência na oferta de respostas.

As empresas de seguros e as entidades gestoras de fundos de pensões em Portugal demonstram ter uma enorme capacidade de resiliência e de adaptação face às dinâmicas próprias do mercado. Reflexo disso mesmo foi a resposta dada ao surto pandémico do COVID-19 junto do mercado, bem como as estratégias assumidas para, com rigor e equilíbrio, manter e preservar a sustentabilidade do negócio. Ambos os setores contam com profissionais dedicados e de excelente formação.

No que toca ao setor dos seguros, em particular, não posso deixar de enaltecer o papel fundamental que a vasta rede de mediadores tem na distribuição e na aferição, no terreno, das reais necessidades das famílias e das empresas.

O SEU PERCURSO PROFISSIONAL É MARCADO POR UMA FORTE COMPONENTE TÉCNICA E, SIMULTANEAMENTE, POR UMA ATUAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL MUITO INTERVENTIVA. O QUE A FEZ ACEITAR O DESAFIO DE PRESIDIR À ASF?

A minha carreira tem sido claramente marcada pelo sentido de serviço público, com trabalho realizado junto de entidades de enorme relevo e impacto na sociedade e na economia. O meu percurso profissional é marcado por experiências muito enriquecedoras, em setores muito diversificados e com lideranças variadas, o que me levou a considerar estar munida das competências e dos conhecimentos para aceitar o convite para presidir a esta relevante Autoridade de Supervisão.

As iniciativas de âmbito social em que me envolvi ao longo da minha vida confundem-se com o meu percurso pessoal e profissional, pois sempre considerei que cada cidadão deve, dentro das suas possibilidades, envolver-se e partilhar com a sociedade em que está envolvido os seus esforços em favor de um bem comum. Esta responsabilidade de cada indivíduo é a forma de caminharmos para uma sociedade mais justa, diluindo dessa forma as diferenças e as disparidades sociais.

O facto de ter encontrado na ASF um conjunto de profissionais dedicados, com um enorme conhecimento dos setores supervisionados, movidos por um elevado sentido de rigor e transparência, tem facilitado o desempenho das minhas funções.

COMO É QUE OLHA PARA A FUNÇÃO DE SUPERVISÃO? QUE PAPEL DEVE EXERCER E DE QUE FORMA, EM ESPECIAL EM MOMENTOS DE CRISE E SOLVIBILIDADE DO SETOR?

A supervisão tem por missão assegurar o regular funcionamento do setor dos seguros e do setor dos fundos de pensões, por forma a contribuir para a garantia da proteção dos consumidores, através da promoção da estabilidade e solidez financeira das entidades sob a sua supervisão, bem como da garantia da manutenção de elevados padrões de conduta por parte dos operadores.

O contexto de elevada adversidade e complexidade em que vivemos determinou por parte da ASF a adoção de medidas extraordinárias em que sobressai a necessidade primordial de focar os seus recursos numa exigente regulação e supervisão. As medidas promovidas têm sido implementadas em estreita articulação com as restantes autoridades de supervisão nacionais, bem como com a EIOPA [European Insurance and Occupational Pensions Authority], alargando assim a visão de conjunto sobre os riscos e impactos da atual conjuntura na economia e no sistema financeiro. A ASF introduziu medidas de flexibilização de regulação, de modo a que as empresas de seguros se focassem no essencial das suas operações, assegurando a continuidade do negócio, e determinou publicamente recomendações no sentido de os operadores terem em consideração, na sua atuação, que muitos dos seus clientes estavam e estão numa posição de grande vulnerabilidade.

É importante sublinhar que Portugal conta com um setor dos seguros sólido e capacitado para dar resposta às necessidades impostas pela severidade do choque sanitário e dos seus efeitos sociais e económicos.

EM QUE ÁREAS GOSTARIA DE VER EVOLUIR A CAPACIDADE DE RESPOSTA E DE INOVAÇÃO DAS EMPRESAS DE SEGUROS? PASSA POR MUDAR LEGISLAÇÃO? OU É UM PROBLEMA TAMBÉM DE MUDANÇA DE PARADIGMA?

As empresas de seguros sabem que já não estão a competir num mercado tradicional e que há um conjunto de novos players com dinâmicas de atuação inovadoras. Em paralelo, ou talvez por esta mesma razão, é fundamental reconhecer que há uma nova geração de consumidores que tem outro tipo de exigências e que procura novas formas de relacionamento com os prestadores de serviços.

Mas a transformação tecnológica e dos modelos de negócios acarreta riscos adicionais e diferentes dos riscos tradicionais. Por exemplo, muita da inovação digital assenta no tratamento de elevada quantidade de dados que origina riscos associados à proteção e segurança de dados e sistemas.

As autoridades de supervisão devem assumir um papel ativo no ecossistema digital, balanceando os benefícios e os riscos para o consumidor e para o mercado. A ASF tem defendido que a regulação deve ser tecnologicamente neutra. É essencial um quadro normativo equilibrado que permita fornecer um elevado nível de proteção dos consumidores sem criar obstáculos desnecessários à inovação.

O setor dos seguros tem sido muito rápido na adoção de inovações decorrentes da aplicação de tecnologia em áreas de gestão, operacionais, de avaliação de risco e de comercialização, mas tem sido mais lento na oferta de produtos que respondam às necessidades trazidas por fenómenos tão importantes como o envelhecimento da população e o aumento da longevidade ou as alterações climáticas e a digitalização da economia. A atividade seguradora tem aqui um papel muito importante, seja oferecendo poupança e seguros de saúde de longo prazo (long care) ou seguros de vida ligados à “reverse mortgage”, seja reduzindo o protection gap que tem hoje níveis muito preocupantes, como por exemplo na cobertura de riscos sísmicos.

Os riscos em presença terão que encontrar resposta numa mudança de paradigma que a sociedade assuma como necessária para lhes fazer frente. Esta resposta implica uma consciencialização da sociedade para os riscos existentes.



O GOVERNO ESTÁ A PREPARAR PLANOS DE RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA EM FACE DO CONTEXTO PANDÉMICO QUE VIVEMOS. DE QUE FORMA PODE O SETOR SEGURADOR E DOS FUNDOS DE PENSÕES CONTRIBUIR PARA A TÃO DESEJADA RECUPERAÇÃO?

Ambos os setores têm respondido de forma exemplar ao atual contexto pandémico. A recuperação económica – sobretudo atendendo à natureza do evento que desencadeou o contexto de recessão que afeta o normal funcionamento da sociedade e da economia e faz repensar decisões de investimento – requer confiança, por parte das famílias e dos agentes económicos, bem como resiliência face a episódios adversos.

O setor dos seguros deve continuar a contribuir decisivamente para este desafio, assegurando a gestão profissional de riscos relevantes, tanto de índole biométrica como patrimonial, gerando, através de mecanismos de mutualização, maior capacidade de reação das famílias e das empresas a eventos inesperados e adversos, que dificilmente poderiam sustentar de forma isolada.

Tendo em conta as prioridades definidas no plano de recuperação e resiliência, designadamente a transição climática e a transição digital, que implicam alterações profundas de paradigma, o setor dos seguros pode ter um papel de relevo, quer na vertente de grande investidor institucional de longo prazo, apoiando o financiamento de projetos de infraestruturas e contribuindo para o sustainable finance, quer na vertente de gestor profissional dos riscos associados.

NO CONTEXTO DA ATUAL PANDEMIA DO COVID-19 COMO É QUE O SETOR SEGURADOR NACIONAL ESTÁ A REAGIR FACE AO MERCADO E ÀS NECESSIDADES PARTICULARES DOS SEUS CLIENTES QUE DECORREM DOS EFEITOS DO SURTO PANDÉMICO? A ATUAL CONTRAÇÃO DA ECONOMIA PODE PÔR EM CAUSA A ESTABILIDADE E A SOLVABILIDADE DO SETOR SEGURADOR NACIONAL?

O setor segurador adaptou-se muito bem e muito rapidamente à nova e excecional realidade do ano 2020. A capacidade demonstrada pelos operadores ao manterem as suas operações a funcionar em regime de teletrabalho, sem indícios de que os níveis de qualidade de serviço tenham diminuído significativamente, a boa aceitação do regime de “moratórias” estipulado no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, ou a oferta de produtos adaptados à nova realidade, como, por exemplo, o aconselhamento médico por via não presencial ou a implementação de marketplaces, demonstram a elevada capacidade de adaptação e inovação do setor.

A contração económica leva a uma deterioração da envolvente de mercado do setor segurador, em diversas ordens. Neste sentido, a ASF tem vindo a monitorizar os operadores através de métricas adequadas, como, por exemplo, na vertente prudencial, os indicadores de rentabilidade, solvabilidade, liquidez e sinistralidade, fazendo uso também de abordagens complementares, como exercícios de stress test que testam cenários adversos passíveis de materialização, determinando sempre que necessário medidas corretivas e de mitigação de impactos.

O RAMO VIDA TEM VINDO A CAIR EM TERMOS DE PRODUÇÃO NOS NÚMEROS MAIS RECENTES DADOS A CONHECER PELA ASF. A QUE SE DEVE ESTE FENÓMENO? É UMA TENDÊNCIA QUE SE VAI MANTER?

Num contexto em que se perspetiva a manutenção do ambiente de baixas taxas de juro, e sendo a retoma económica no pós-COVID ainda incerta, não é exatável uma alteração de tendência, o que reflete as dificuldades de oferta de produtos com garantias atrativas.

A falta de conhecimento e a complexidade dos seguros financeiros, a difícil acessibilidade a estes produtos por classes com rendimentos mais baixos e ainda o facto de as gerações atuais tenderem a dar prioridade a experiências em relação a serviços que lhes confirmem segurança, entre outros, constituem desafios que o ramo Vida enfrenta.

A falta de políticas de incentivo à poupança individual e coletiva de longo prazo também não ajuda.

QUE MARCA GOSTARIA DE DEIXAR NO SETOR SEGURADOR NESTE SEU MANDATO?

Tenho por objetivo pessoal, partilhado pelo atual conselho de administração, capacitar a ASF para responder a uma estratégia que assegure a supervisão efetiva em contextos marcados por desafios exigentes, em que, para além de uma supervisão prudencial adaptada aos novos riscos e modelos de negócio, se destaca a conduta do mercado dos operadores e as matérias da governance.

A ASF concluiu recentemente o exercício de planeamento estratégico para o período 2020-2024, num processo que se quis partilhado internamente e com consulta a stakeholders externos. Prosseguiremos o objetivo de aprofundar um modelo integrado de supervisão e de reforço dos instrumentos regulatórios à disposição, entendemos relevante valorizar a cooperação institucional e apostar na comunicação, enquanto ferramenta de informação e supervisão. Lançámos um importante projeto de modernização digital para dotar a ASF de ferramentas digitais ao serviço da supervisão e da gestão eficiente e segura de processos internos.

É meu objetivo claro cimentar a confiança no setor, o melhor indicador de satisfação dos consumidores e solidez da atividade seguradora.

O setor dos seguros tem sido muito rápido na adoção de inovações decorrentes da aplicação de tecnologia em áreas de gestão, operacionais, de avaliação de risco e de comercialização.



ENTREVISTA

O SETOR QUE TEM A FELICIDADE DE LIDAR COM SAÚDE, EDUCAÇÃO, POUPANÇAS, REFORMAS E TUDO O QUE É REALMENTE IMPORTANTE PARA A VIDA DAS PESSOAS

Jorge Magalhães Correia, Presidente do Conselho de Administração da Fidelidade. Pedro Carvalho, CEO do Grupo Generali Seguros. E Steven Braekeveldt, CEO da Continental Europe Ageas e CEO da Ageas Portugal. Três presidentes de três grandes seguradoras sentaram-se lado a lado e, numa entrevista conjunta (a que pode assistir na íntegra através do QR Code nesta página), falaram sobre o presente e o futuro da indústria seguradora. A crise pandémica, a resposta do setor, a Saúde, a digitalização e a Inteligência Artificial, o Ramo Automóvel, a sinistralidade, as poupanças e a Responsabilidade Social, que mostrou o lado solidário das companhias.

O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE SEGURADORA EXIGE UMA ESPECÍFICA E RIGOROSA PONDERAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS. HÁ PREVISÕES DE CATÁSTROFES OU ALTERAÇÕES METEOROLÓGICAS. ALGUÉM PENSOU EM PANDEMIAS?

Jorge Magalhães Correia (JMC): Se os nossos planos previam que a atividade económica poderia paralisar por causa de uma pandemia, que deixaríamos de poder circular livremente, que países com sistemas de saúde robustos iriam entrar em colapso, a resposta é não, não tínhamos previsto a pandemia. Nem nós nem ninguém. Surpreende-me que, no final de janeiro [de 2020], os principais líderes mundiais, reunidos

em Davos, na Suíça, debateram geopolítica, riscos cibernéticos, ambientais, e tenham ignorado por completo o risco de uma pandemia, sendo certo que a epidemia já existia na China. E a memória de outros surtos não era assim tão remota.

Steven Braekeveldt (SB): Serei muito breve. Estava previsto, mas não era a nossa prioridade máxima. No Grupo Ageas identificamos anualmente as 130 maiores tendências de mercado. O risco de pandemia foi claramente identificado nos últimos dois anos, mas não entrou no top das prioridades... e não era prioridade para ninguém há um ano.

ACORDÁMOS NUM MUNDO DIFERENTE. FECHÁMOS, FOMOS PARA CASA E COMEÇAMOS NO TELETRABALHO. A DIGITALIZAÇÃO PASSOU A SER O PARADIGMA DAS NOSSAS VIDAS. O QUE ESTÃO AS SEGURADORAS A FAZER NESTE MOMENTO, QUE CONTRIBUTOS ESTÃO A SER DADOS PELO INSURTECH?

JMC: Há a digitalização boa e a menos boa. A boa é aquela que traz mais eficiência, menos custos e melhor qualidade de serviço para os clientes. A menos boa refere-se a certos modelos de venda digitais. Numa recente conferência internacional, ouvi o responsável de uma grande seguradora internacional dizer que uma das piores coisas do COVID foi o impacto dos modelos puramente digitais, que aumentam artificialmente o nível de concorrência, mas suscitam questões de sustentabilidade de algumas áreas e sacrificam a qualidade de serviço aos clientes. Depois há a questão da forma como a digitalização no setor deve ser feita. Tem de ser feita de forma inclusiva. A nossa população é envelhecida, a literacia financeira, em termos médios, está abaixo do nível europeu. E, portanto, temos de ter a preocupação de não deixar ninguém para trás.

Pedro Carvalho (PC): Não confundir *gadgets* e novidades tecnológicas com a potencialidade da digitalização de transformação do nosso modelo de negócio. A digitalização significa simplificação de processos e maior rapidez e eficiência na forma como se fazem as coisas, maior facilidade no contacto com agentes e clientes. Os *gadgets* podem facilitar a aproximação à companhia. São bem-vindos, assim como as vendas digitais. Agora, as vendas digitais não permitem ter o mesmo nível de serviço e a mesma proposta de valor que se tem através de um mediador. Uma vídeo-peritagem não exclui a peritagem física. Complementa, acelera.

FALOU DO RAMO AUTOMÓVEL. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) E A DIGITALIZAÇÃO PODEM RESOLVER EM MINUTOS O QUE DEMORARIA ALGUNS DIAS, JÁ QUE FALOU EM PERITAGEM?

PC: Um cliente vendeu um carro, cancela a apólice ao fim de semana e na segunda-feira terá o dinheiro na conta. Pode tirar fotografia das despesas de saúde e submeter. É a digitalização ao serviço da simplificação de processos. Aumenta a eficiência e a rapidez.

A NEXT GENERATION EU PASSA PELO DIGITAL E PELA ECONOMIA VERDE. QUE PASSOS ESTÃO A DAR AS SEGURADORAS PARA ACOMPANHAR ESTE CAMINHO APONTADO PELA COMISSÃO EUROPEIA?

SB: Isto não tem nada a ver com a COVID-19. O que a Europa está a dizer é algo mais profundo. A nossa geração estragou o mundo. Agora temos de remediar o que pudermos. A Europa diz que não há nada de errado em fazer muito dinheiro, mas ao mesmo tempo temos de salvar o mundo dos estragos causados

ESTA CRISE POTENCIOU O PAPEL DAS SEGURADORAS NA INCLUSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL. TEM EXEMPLOS?

SB: Múltiplos. Tivemos a possibilidade de colocar trabalhadores em lay off, mas decidimos não o fazer, focando-nos em garantir as condições necessárias para todos os Colaboradores poderem trabalhar de casa em segurança; através da Fundação Ageas apoiámos múltiplas causas, comunidades e pessoas mais vulneráveis; produzimos e doámos 12.000 máscaras a instituições com

O setor tem os ingredientes e a cultura de mutualização suficiente para ser um setor muito importante no século XXI. Do setor financeiro, o mais importante, sem dúvida.

Jorge Magalhães Correia





o voluntariado dos nossos Colaboradores (no início da pandemia, ninguém tinha máscaras); continuámos a apoiar a cultura e os artistas; adaptámos a nossa oferta e criámos novos serviços para os Clientes... e muitos mais, foi um projeto atrás do outro, porque era necessário.

JMC: Destaco o apoio que o setor deu a todo o ecossistema que suporta a nossa atividade. Clientes, fornecedores, peritos, reparadores automóveis, *contact centers*. Limitando os efeitos da crise, mantendo níveis de rendimento e antecipando rendimentos futuros, para além do apoio a clientes através de moratórias, devolução de prémios, cobertura de despesas, etc. Provámos ser um setor solidário. Torna-se até difícil dar exemplos, tantas foram as iniciativas. A APS montou o Fundo Solidário, que foi uma iniciativa conjunta importante. O setor deve estar orgulhoso, porque esta crise tinha todos os ingredientes para reputacionalmente pôr em causa a nossa atividade, mas saímos reforçados.

A SAÚDE SALTOU PARA O TOPO DAS PRIORIDADES. ONDE PODEM ENTRAR AS SEGURADORAS, PARA ALÉM DA VENDA DA APÓLICE? TELEMEDICINA, PARCERIAS COM O ESTADO E/OU INSTITUIÇÕES SOLIDARIEDADE SOCIAL?

SB: Vejo as coisas numa perspetiva diferente. Devemos caminhar no sentido da prevenção. Falo da percentagem da população (35%) que tem diabetes e 42% desta não sabe que tem. É um custo enorme para a sociedade. Temos de prevenir. Quem tem, deve saber que tem. O

custo para o Serviço Nacional de Saúde é enorme. Não estamos lá apenas quando recebemos uma reclamação. É o nosso negócio e temos de estar antes e agir antes, prevenir. É bom para a saúde das pessoas. O nosso foco é a pura prevenção.

JMC: Não tenho a certeza que estejamos a passar por um evento conjuntural. As preocupações sanitárias serão relevantes na próxima década. Hoje temos a COVID-19, amanhã poderemos ter outro surto. Se calhar, estamos a exagerar na expectativa do regresso à normalidade. A investigação das vacinas, produção, desenvolvimento e distribuição é um desafio complexo e, além disso, a falta de consenso internacional das grandes potências vai dificultar a eficácia da resposta. A minha sensação é que temos de mudar o vocabulário. Vejo aqui uma analogia com o terrorismo e o de 11 setembro. Numa primeira fase, pensámos em eliminar o risco, depois aprendemos a viver com ele, a controlar o impacto social e económico desse risco. Vamos usar um *kit* onde misturamos vacinas, terapêuticas, distanciamento social, máscaras e higiene. Teremos de aprender a conviver com este risco e geri-lo.

É AÍ QUE ENTRAM AS SEGURADORAS?

JMC: Falou há pouco de parcerias e saúde... Se senti alguma falta durante a pandemia foi uma melhor colaboração entre setores público e privado na gestão do processo. Sobre tudo na área da Saúde e também no caso dos sismos, incêndios florestais, inundações e,

Preocupa-me ver hospitais meio vazios e ver gente a morrer de outras causas que não sabemos, não sendo diagnosticadas. Há trabalho sério a fazer. O acesso a cuidados hospitalares deveria ser independente do prestador.

Pedro Carvalho

dir-se-à também, epidemias. Público e privado tem de andar de mãos dadas e isso é uma prioridade. Esta crise mostra que existem temas que, pela sua profundidade, dimensão e importância, devem ser geridos com base no novo consenso institucional, entre Estado e setor privado. Tem existido um preconceito que impede a otimização da utilização dos recursos, mas que tem de ser ultrapassado. Não há outro caminho.

PORTANTO, UMA DAS LIÇÕES DA CRISE É QUE ESTADO, PRIVADOS E INSTITUIÇÕES SOCIAIS DEVEM ESTAR DE MÃOS DADAS EM ALGUNS TEMAS?

PC: Toda a carga ideológica que existe sobre o acionista do prestador tem de desaparecer. O prestador existe e serve o interesse público e dos portugueses. Preocupa-me ver hospitais meio vazios e ver gente a morrer de outras causas que não sabemos, que não são diagnosticadas. Há trabalho sério a fazer. O acesso a cuidados hospitalares deveria ser independente do prestador.

ENTÃO O QUE FALTA?

PC: Falta consenso político e social. É uma questão política. E é isso que impede de acontecer.

ENTREMOS NO RAMO AUTOMÓVEL. A NOVA GESTÃO DE MOBILIDADE, CARROS AUTÓNOMOS, ELÉTRICOS, BICICLETAS ... COMO É QUE A SEGURADORAS OLHAM PARA O QUE ESTÁ A ACONTECER?

PC: Há alterações conjunturais e tendências seculares com impacto estrutural. No confinamento, a sinistralidade vem abaixo alguns meses, mas não como as pessoas julgam. Registámos níveis de diminuição de 50 % durante dois meses mas, no regresso, registámos um aumento significativo da sinistralidade. Já o tínhamos observado nos países asiáticos. Os valores vão para acima dos registados anteriormente, por causa da fuga aos transportes públicos. A China, está 20 a 30 %, acima da média. Na Ásia, as pessoas não querem ficar em teletrabalho. São casas com 40 metros quadrados, com cinco ou seis pessoas, e assim que puderam, começaram a trabalhar fora de casa. E os níveis de sinistralidade estão elevados. A Internet of Things (IoT) e a automatização dos carros farão, a prazo, com que o seguro seja mais limitado. Se os carros tiverem inteligência para nunca bater, o tipo de risco será menor, o preço será menor, o risco a cobrir será diferente, a realidade muda. Quando as seguradoras começaram não havia automóveis, havia barcos e comércio mundial. Para onde a economia mundial evoluir, as seguradoras acompanham.



Todos estamos preocupados com a economia e com as pessoas. Quando olho para outros países, Portugal tomou as medidas certas. Saúdo a disciplina aplicada, foi necessária para a economia crescer, para não haver bancarrota e controlar a taxa de desemprego.

Steven Braekeveldt



SB: Normalmente, quando vou a um teatro gosto de ver todos os atos da peça. Todos estamos atentos ao primeiro ato e esquecemos quantos faltam até esta crise chegar ao fim. A peça ainda está a decorrer. Na Saúde, as pessoas recusam ir a consultas médicas e reagendam, o que terá custos no futuro. A peça está a meio e ainda não sabemos o desfecho.

AS SEGURADORAS NÃO TÊM UMA BOLA DE CRISTAL COM PREVISÕES?

JMC: Há três meses, falava-se das seguradoras devolverem os prémios do seguro automóvel. Hoje, o número de sinistros, nos dias úteis, estará pouco abaixo do normal e é expectável que a frequência venha a agravar-se, caso se mantenha a desconfiança na segurança nos transportes públicos, sendo certo que os custos de reparação e de imobilização dos veículos aumentaram, por desarticulação das cadeias de fornecimento.

E EM RELAÇÃO AOS DESAFIOS MAIS ESTRUTURAIS?

JMC: Estão à vista. A mobilidade está a alterar-se e fará com que o seguro passe a incidir mais sobre a responsabilidade do produto do que sobre o condutor. Mas antes de chegar aí, toda a dinâmica operacional da gestão do seguro automóvel está a alterar-se profundamente, numa procura constante de eficiência e de melhoria do serviço. Hoje, por exemplo, conseguimos transformar uma experiência, digamos analógica, como é a de preencher uma DAAA, após um acidente de viação, numa experiência digital, tendo uma resposta imediata, demorando minutos na abertura do sinistro, na definição das responsabilidades e na marcação da peritagem. Os segurados poderão fazer pré-vistorias "inteligentes"

do veículo que querem segurar, as oficinas podem ver os seus orçamentos aprovados "just in time", os peritos serem auxiliados por assistentes virtuais de inteligência aumentada. Entrámos num novo mundo e sinto o setor, em geral, preparado para estas novas realidades.

AS MEDIDAS DE APOIOS A CLIENTES, AS MORATÓRIAS, RENOVAÇÃO ...

SB: Todos estamos preocupados com a economia e com as pessoas. Quando olho para outros países, Portugal tomou as medidas certas. Saúdo a disciplina aplicada, foi necessária para a economia crescer, para não haver bancarrota e controlar a taxa de desemprego.

PC: O regulador monitoriza a situação das companhias para garantir que o setor sai desta crise de forma saudável. O setor tem dado um apoio forte à economia, com múltiplas garantias. Mas antes da regulação, tivemos alguma "autorregulação"; as companhias já estavam a proceder ao aumento das moratórias, a apoiar os seus clientes. O regulador veio pôr mais alguma ordem até onde se poderia ir. É uma crise com latitude variável e cuja duração não sabemos.

ESTAMOS A FALAR DE ECONOMIA. TEMOS AS BAIXAS TAXAS DE JURO, INCERTEZA NO MERCADO CAPITAIS. E, ESTE ANO, A POUPANÇA DOS PORTUGUESES ATINGE NÍVEL ELEVADOS. COMO PODE O SETOR CAPTAR ESSAS POUPANÇAS?

JMC: Alguém disse que a poupança é uma espécie de exercício físico da economia. É a poupança que nos permite ter saúde, resistência e qualidade de vida. É aquilo que permite a economia fazer face aos imprevistos.

A IoT e a automatização dos carros farão, a prazo, com que o seguro seja mais limitado. Se os carros tiverem inteligência para nunca bater, o tipo de risco será menor, o preço será menor, o risco a cobrir será diferente, a realidade muda. Quando as seguradoras começaram não havia automóveis. Havia barcos e comércio mundial. Para onde a economia mundial evoluir, as seguradoras acompanham.

Pedro Carvalho

Existe um *deficit* estrutural de poupança em Portugal. Sobretudo nos rendimentos médios e baixos, estratos mais adversos ao risco, com menos cultura financeira para perceber os produtos risco-cliente. E isto acontece no momento em que todas as seguradoras estão a abandonar a ideia de garantias para os investimentos, por força das normas regulatórias e dos requisitos de capital associados. O problema da poupança em Portugal só se resolve com a implementação de um segundo pilar minimamente ativo, expressivo, suportado pelas contribuições das empresas e colaboradores. Só aí vejo capacidade para gerar um salário de substituição no momento da reforma. O resto são pequenas poupanças. Não vejo outra forma de estimular a poupança que não seja desta forma. Os benefícios fiscais, de curto prazo, o Governo põe e tira, não creio que resolva o problema.

E INVESTIMENTO. ONDE É QUE AS COMPANHIAS INVESTEM?

JMC: No caso da Fidelidade, temos 15% dos nossos ativos investidos em dívida pública (mais de 2 mil milhões de euros). É bom que os prémios e as poupanças dos portugueses não sirvam para financiar a economia de outros países. Se puder financiar a economia do País de uma forma criteriosa, melhor.

SB: O Grupo Ageas Portugal investiu na dívida pública portuguesa, no setor imobiliário e em energias renováveis. Investimos cerca de 15 mil milhões de euros na economia portuguesa e este valor cresce anualmente.

PC: Num contexto de um acionista [Generali Companhia de Seguros], contamos com 750 mil milhões de ativos no global. Estão atentos à sustentabilidade e economia verde. Portugal não é assim tão pouco atrativo. Num contexto de taxas de juro baixas, investidores com yields de 2% a 3%... O nosso papel, enquanto Tranquilidade, é puxar esse investimento para aqui.



E RELATIVAMENTE À POUPANÇA?

PC: Temos de atrair capital. Temos de ter um ambiente fiscal e regulatório atrativo. Temos de ter talento. O talento atrai capital. Julgo ser possível os portugueses pouparem mais. Não tem de ser por incentivos fiscais, mas não pode haver desincentivos à poupança. Assim que começamos a poupar, aparece alguém a confiscar um imposto sobre o imposto. A grande parte da poupança dos portugueses está acumulada nas suas casas. Com o envelhecimento da população, metade, estará reformada em 2050. Temos um desafio muito grande. As populações reformadas têm grande parte do seu património acumulado em *real estate*, o que não acontece noutros países europeus. Tem de haver outras soluções. E o setor segurador pode fazer parte.

TEM, STEVEN BRAEKEVELDT, CULTURALMENTE UMA VISÃO DIFERENTE EM RELAÇÃO AOS PORTUGUESES, EM RELAÇÃO À POUPANÇA?

SB: Quando era criança, os meus pais educaram-me a recordar apenas duas palavras: trabalho e poupança. Eduquei os meus filhos assim. Há duas coisas importantes na vida: trabalhar e poupar. Mas não ouço isso em Portugal. É algo cultural que temos de repetir nas escolas e em casa. Repetir, repetir. É uma questão de mentalidade.

O QUE A CRISE IMPEDIU OU ALTEROU NO VOSSO PLANO DE NEGÓCIOS? POTENCIOU, ACELEROU OU DESINCENTIVOU?

JMC: Temos um grau de certeza razoável para este ano, e uma grande incerteza sobre os próximos. O tecido produtivo e as economias das famílias vão sair enfraquecidas desta crise e, por isso, o nosso plano de negócio vai sofrer ajustamentos, mas não alterações significativas. O essencial manter-se-á. Continuaremos a ser uma empresa avançada tecnologicamente, através de uma estratégia digital inclusiva, sempre atenta aos valores humanos.

Provou ser um setor solidário. É difícil dar exemplos, as ações foram tantas. A APS montou o Fundo Solidário. O setor deve estar orgulhoso, porque esta crise tinha todos os ingredientes para reputacionalmente pôr em causa a nossa atividade, mas saímos reforçados.

Jorge Magalhães Correia

PASSAREMOS TODOS PARA TELETRABALHO?

JMC: Sinceramente acho que não. O que principalmente mudou é que precisaremos de menos espaço físico e que poderemos ter muita mais flexibilidade de horários. Para dar um exemplo: muitos dos nossos agentes aproveitam as últimas horas da tarde para enviar pedidos à Fidelidade, alguns dos quais são tipicamente respondidos no dia seguinte. Ora, nós teremos certamente colaboradores que escolheriam esses horários para evitar deslocações em hora de ponta, porque se adapta melhor ao seu estilo de vida. Ou seja, vamos poder prestar um melhor serviço, porque saímos desta crise mais digitais e paradoxalmente mais presenciais. E não vamos perder o contacto físico. Acredito que cooperação no local de trabalho contribui para formar espírito de equipa, sentido de pertença a uma empresa e a uma marca. Não acredito que o futuro seja menos relacional, nem que se possa prescindir de equipas com contacto pessoal no mesmo espaço físico. As formas é que poderão ser diferentes.

SB: Vejo muitos desafios, o que faz de nós um setor tão apaixonante. Onde teremos o equilíbrio entre a cultura corporativa e o trabalho a partir de casa? Diria que é premente encontrar esse equilíbrio. Foi fácil no passado, agora temos de continuar a trabalhar no envolvimento das nossas pessoas e fomentar a cultura organizacional. Como incorporar sustentabilidade no processo na nossa empresa? E a inclusão? É um desafio tremendo. Todos os negócios são sobre a mutualização dos riscos. Há desafios grandes à nossa frente e que fazem parte da nossa estratégia futura.

PC: Grosso modo, a nossa estratégia mantém-se nos próximos anos, obviamente com uma queda previsível e uma recuperação relativamente lenta. Teremos impacto material nos próximos anos, mas isso não impede que os desafios continuem. Todo este paradigma entre o *pricing*, risco, princípio da mutualização, *data protection*, o que é partilhável e não é partilhável... são desafios estruturais com que a indústria lida e vai ter de lidar.

Quando era criança, os meus pais educaram-me a recordar apenas duas palavras: trabalho e poupança. Eduquei os meus filhos assim. Há duas coisas importantes na vida: trabalhar e poupar. Mas não ouço isso em Portugal. É algo cultural que temos de repetir nas escolas e em casa. Repetir, repetir. É uma questão de mentalidade.

Steven Braekeveldt

NO FUTURO DO SETOR, A HUMANIZAÇÃO É UM DOS PILARES DA ABORDAGEM DO SETOR?

SB: No nosso negócio utilizamos as palavras *equity*, Inteligência Artificial, mas poucos usam a palavra amor, emoções, intimidade ou relacionamento. Acredito que no futuro teremos de as utilizar. A humanização do negócio é a chave. Devemos sentir-nos mais em casa, mesmo quando estamos a trabalhar a partir do escritório.

JMC: Já os Beatles diziam: "All you need is love". A tecnologia muda, mas há algo que permanece estável na nossa vida. O nosso cérebro é igual há milénios. Parte substancial do nosso cérebro são emoções. Não há boas decisões empresariais onde a emoção não possa estar envolvida. Temos a felicidade de lidar com saúde, educação, poupanças, reformas e tudo o que é realmente importante para a vida das pessoas. Acreditamos que a diferenciação entre as seguradoras vai ser feita com base nas pessoas e não na tecnologia, porque inevitavelmente todas as empresas terão acesso às mesmas tecnologias. Esta foi a nossa escolha já há alguns anos. E o setor tem, também, em geral, os ingredientes e a cultura de mutualização de riscos e de proximidade com o cliente, perspetivando-se que venha a ser um setor muito importante no século XXI. Do setor financeiro, o mais importante, sem dúvida.

E DAQUI A 20 ANOS, ONDE PODE O SETOR ESTAR?

SB: O maior desafio são as doenças, porque não existe uma preocupação com a prevenção. Adicionalmente, há ainda o desafio das pensões e da poupança, numa sociedade em que a esperança de vida é cada vez maior e não há preparação a longo prazo. É um desafio para nós.



Excerto adaptado da entrevista que pode ser acedida, na íntegra, através do QR code





ESTUDOS DE DOENÇAS
NA CARTEIRA DE SEGUROS
DE SAÚDE: CATARATAS
E ONCOLOGIA

A crescente prevalência de determinadas doenças na sinistralidade da carteira de seguros de saúde, em boa medida por efeito do envelhecimento da população segura, justifica uma atenção especial do setor segurador na análise das suas características e impactos.

De entre essas doenças, destacam-se as associadas à oncologia e ao tratamento das cataratas, as quais foram já objeto de análise mais detalhada.

CATARATAS:

O estudo sobre as cataratas teve como objetivo a análise da evolução da incidência das respetivas cirurgias na sinistralidade da carteira de seguros de saúde. A informação tratada abrangeu o período de 2014 a 2016 e, no que respeita aos dados do setor, contou com uma amostra de 91,3%, em termos de prémios de seguro direto do ramo Doença em 2016.

Antes de mais, a catarata – que é a perda da transparência do cristalino, provocando uma visão turva que se instala lenta e progressivamente – é uma

doença que se manifesta, tendencialmente, em faixas etárias mais elevadas e cujo único tratamento eficaz é, de facto, a sua extração cirúrgica e implantação de uma lente.

De acordo com dados do Eurostat e da OCDE, Portugal é o país da Europa com maior incidência per capita destas cirurgias, com um índice anual (14 por mil habitantes em 2015) que é, por exemplo, duas vezes superior ao de Espanha.

Em linha com o que se esperava, os dados revelaram que, entre 2014 e 2016, o número anual de cirurgias às cataratas cobertas por seguro aumentou significativamente, em concreto 26%, com crescimentos significativos, quer em 2015, quer em 2016, e atingindo mais de 5.000 neste último ano.

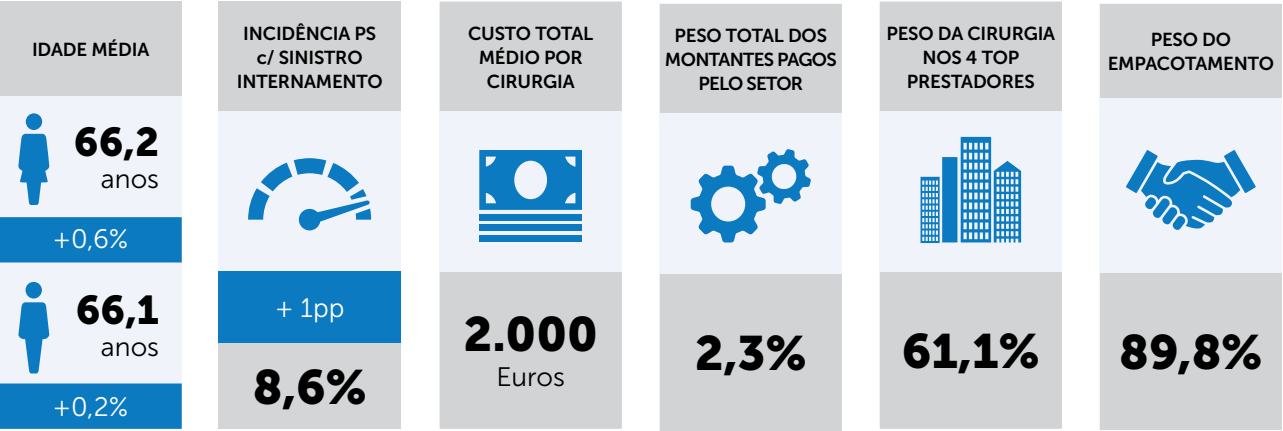
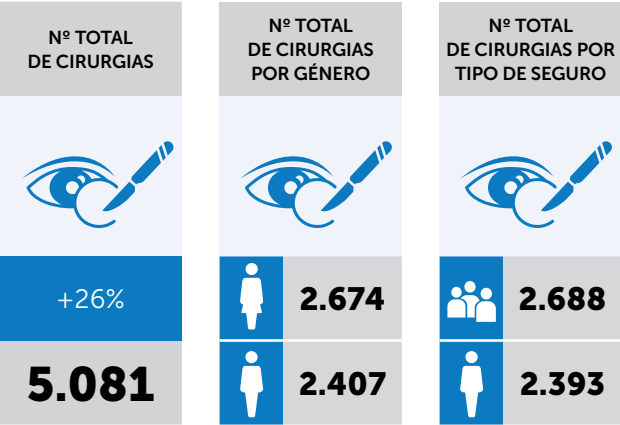
Como igualmente se esperava, estas cirurgias concentram-se maioritariamente em faixas etárias elevadas, com a idade média situada em torno dos 66 anos. A faixa etária com mais cirurgias às cataratas em 2016 foi a dos 65 aos 70 anos, mas a que maior crescimento registou de 2015 para 2016 foi mesmo a dos acima dos 80 anos (+40%). Já os escalões etários até aos 55 anos, onde se concentra a maior parte da população segura, foram responsáveis por menos de ¼ destas cirurgias – ainda assim uma fatia relativamente expressiva face à doença em causa.

Dadas suas características atuais, esta cirurgia é hoje realizada quase sempre em regime ambulatorio (97%).

Não obstante, o seu custo médio para o setor segurador rondava os 2.000€, valor que se estima bastante acima do vigente noutros mercados de referência (embora os últimos dados comparativos existentes se reportem a 2007) e dos oficialmente estabelecidos no nosso país para o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (abaixo de 1.000€) e para o Serviço Nacional de Saúde (cerca de 1.300€).

Em resumo, a cirurgia às cataratas tem uma incidência crescente nos seguros de saúde, em boa parte devido à expansão da carteira segura para faixas etárias mais elevadas, mas também a uma intervenção mais precoce em segurados de outras faixas etárias inferiores. Em 2016, estima-se que o volume de montantes pagos pelas seguradoras com esta cirurgia tenha ascendido a perto de 10 milhões de euros.

CATARATAS COBERTAS POR SEGURO (2014-2016)



Amostra: 91,3%, em termos de prémios de seguro direto do ramo Doença (2016)

ONCOLOGIA:

Relativamente ao estudo da doença oncológica pretendeu-se analisar a sua evolução na carteira de seguros de saúde de 2015 a 2017, com detalhe em relação a alguns tipos de cancros, em concreto: colorretal; da mama; da próstata; do pulmão; e hematológicos. Este estudo recebeu informação de uma amostra de 98,6% do setor segurador.

No período em análise (2015 a 2017), houve um aumento de cerca de 35% no número de casos de oncologia em tratamento nas carteiras das seguradoras. Em 2017, com 8 002 novos casos, atingiu-se um total de 23 503 casos em tratamento ao abrigo de contratos de seguros.

Os novos casos surgiram sobretudo nas faixas etárias acima dos 40 anos, principalmente entre os 60 e os 70 anos. Esta evolução refletirá o envelhecimento da população segura, mas indicia também uma acrescida capacidade de tratamento da doença oncológica no setor privado.

Em 2017, o cancro com maior incidência na carteira das seguradoras (excluindo a rubrica “Outros”) foi o da mama, com 1 168 novos casos. Em segundo lugar, com 727 novos casos, encontra-se o cancro da próstata, que foi o que registou um maior crescimento face ao ano anterior (+53%). Quanto a despesas associadas a doenças oncológicas, foram suportados pelas seguradoras mais de 51 milhões de euros em 2017, o equivalente a 11% do total dos montantes pagos no ramo e a um crescimento de 42,6% em relação a 2015.

Destacaram-se aqui as despesas com quimioterapia, que apresentaram um crescimento acima dos 30% ao ano e acima do crescimento de qualquer outra despesa.

Uma análise complementar dos dados obtidos indicou, ainda, que há mais tratamentos e mais medicamentos inovadores no tratamento do cancro, havendo princípios ativos cujos montantes pagos cresceram mais de 1000% de 2018 para 2019.

O maior acesso a moléculas inovadoras é um dos motivos deste crescimento. Algumas terapêuticas clássicas (citotóxicos) têm perdido expressão, mas, em contrapartida, os imunomoduladores têm crescido. De notar, também, que predominam os medicamentos biológicos, essencialmente anticorpos monoclonais (mAB – Monoclonal Antibodys). A imunoterapia visa ajudar o sistema imunológico a aumentar a sua eficácia

para detetar ou atrasar o crescimento das células cancerígenas, evitando assim que o cancro se espalhe, e contribui para aumentar a sua eficácia na eliminação de células cancerígenas.

As conclusões destes estudos revelam sobretudo a importância de reforçar a aposta na prevenção e no diagnóstico precoce, assim como de acompanhar a evolução científica e tecnológica dos tratamentos relacionados com a doença oncológica, de maneira a permitir ao setor acompanhar estas tendências, respondendo aos desafios inerentes a uma população mais envelhecida.

TRATAMENTOS ONCOLÓGICOS NAS CARTEIRAS DAS SEGURADORAS (2015-2017)



Amostra: 98,6%, em termos de prémios de seguro direto do ramo Doença (2017)



NÃO HAVERÁ CIDADE SEM NOVAS TECNOLOGIAS

João Ferrão, doutorado em Geografia Humana, e Patrícia Melo, professora associada do ISEG, especialista em Economia e Geografia de Transportes, abordam as *Smart Cities*. As tecnologias do IoT, Data, IA e sensores ao serviço de um espaço onde coabitam infraestruturas, meios de transporte, meio ambiente, espaço público, mobilidade e cidadãos.

Smart cities. Há diversas definições para o conceito descritivo de uma cidade promotora de um diálogo entre pessoas e espaços públicos, tecnologias, infraestruturas, serviços públicos, meio ambiente, saúde, mobilidade, energia e sustentabilidade.



João Ferrão, investigador coordenador aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, recupera uma conceção inicial assente “numa visão tecnológica individualista com duas componentes”. A primeira, a “aposta nas novas tecnologias, digitalização, Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial (IA), as plataformas de dados para tornar a cidade mais eficiente. O smart ligado à tecnologia”. A segunda, o “pilar do indivíduo, porque a cidade inteligente estava pensada para o indivíduo e em função dos comportamentos individuais”, refere.

Esse conceito inicial de *smart cities*, fica, no entanto, descartado. “Hoje temos que ir mais longe. A tecnologia não é um fim, é um meio. Temos que definir as finalidades e, só depois, decidir as tecnologias a usar”, acrescenta o investigador.

“A cidade tem uma componente individual e coletiva. São pessoas, organizações, empresas e serviços públicos. É, por definição, hipersistémica. Uma visão centrada nos comportamentos individuais só capta uma visão dessa cidade sistémica”, alerta.

A palavra *smart* deixa-o, também, “menos confortável”, confidencia. “Numa entrevista, um especialista em cidades inteligentes, disse que quando apareceu a televisão a cores, dizíamos ‘televisão a cores’, porque

sucedeu à televisão a preto e branco. Hoje, dizemos televisão. E hoje, não falo de *smart cities*. Falo de cities. O *smart* está lá”.

Pormenoriza: “Não é possível gerir e pensar as cidades sem tecnologia avançada e digitalização”. No entanto, apesar do *smart* ter ajudado a “pôr na agenda urbana a componente tecnológica”, para João Ferrão, a partir de certa altura, “torna-se, demasiada pesada e um obstáculo”. O que “interessa” é a “cidade”, uma cidade que tem de “ser smart e mais outras coisas. Verde, inclusiva e mais”, sublinha.

CIDADES SEGURAS (CHINA), SUPERCIDADES (JAPÃO) E GOVERNANÇA PARTICIPADA (EUROPA)

Doutorado em Geografia Humana, João Ferrão entra em comparações culturais. “A Ásia, foi mais longe”, chama a atenção. “As cidades seguras da China e as supercidades do Japão são completamente diferentes”, diz. Na China, “é uma visão securitária, de controlo”. No Japão, assenta na “eficiência dos serviços públicos e na relação da cidade com as pessoas”, compara.

“É diferente, se olho para as *smart cities* como programa *top down*, desenvolvido por entidades governamentais” ou como “forma inteligente de governança urbana, o que implica participação pública, atores públicos e privados”, distingue.

A componente ética e cultural das novas tecnologias é, no entanto, “distinta” na Europa, adverte. “Há cultura de privacidade, exigência de confidencialidade e proteção de dados, que não existe na Ásia”, assegura. “A cidade europeia tem de pensar o *smart* mais amplo. As tecnologias são as mesmas. A diferença é o propósito”, assevera. “Não há nenhuma cidade europeia que tenha adotado, em força, a agenda de cidades asiáticas, no sentido mais restrito. Mas em todas elas, o recurso à digitalização urbana, dados e IA está a ser considerado. Nos sensores de monitorização do ruído, poluição ou gestão do tráfego”, exemplifica.

CIDADES EFICIENTES À ESPERA DE UMA SOLUÇÃO POLÍTICA

O investigador deixa as comparações geográficas e culturais e centra-se na ideia de cidade *lato sensu*. “Não me interessa tanto uma cidade eficaz, mas sim eficiente. Na eficácia, atingimos os resultados, independentemente dos meios que uso. Mas na eficiência, concilio as duas coisas. É a cidade justa”, sublinha.

“As cidades são áreas de contraste de todo o tipo, sociais e económicos”. Defende, por isso, que as “dimensões da eficiência, da justiça e sustentabilidade, tudo deveria ser *smart*”, relembra João Ferrão. “O *smart* não é o sensor de estacionamento”, frisa. Socorre-se de um exemplo, “exagerado”, diz. “Fazer o mapeamento da pobreza como se monitorizasse o trânsito. Trata-se de ter um diagnóstico que me permita intervir, no caso, com políticas públicas ou outras, para fazer face à realidade”, aponta.

João Ferrão quer “a governança urbana no centro”, procurando “usar e retirar benefício das novas tecnologias para uma governança mais eficiente e participada da cidade”, nota. Sem a componente de controlo existente noutras paragens.

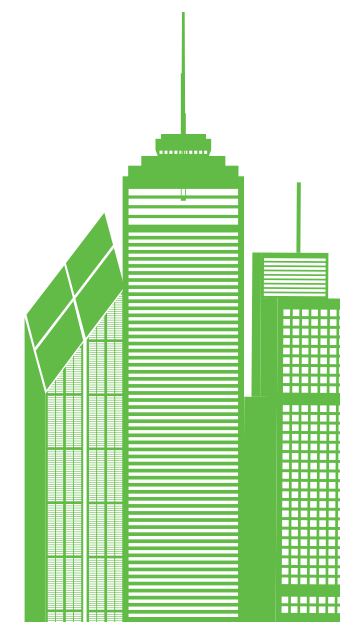
“A grande diferença é quando se salta de uma visão segmentada – desenvolver algo para resolver um problema concreto, por exemplo, do trânsito – para um projeto de cidade, no qual, para a sua concretização, as possibilidades das novas tecnologias, são usadas para esses objetivos”, compara. “Esse é o grande salto”, remata. “Não haverá cidade sem novas tecnologias”, conclui.

Patrícia Melo, Professora Associada no ISEG Lisbon School of Economics and Management, dedica-se à investigação da Economia Urbana e Regional e da Economia e Geografia de Transportes. Olhando para os desafios que se

colocam às cidades, considera que “não são as soluções tecnológicas” a impedir “a transição”, mas sim “a falta de coragem política de alocar e renegociar o espaço da via pública”, atesta.

A solução tem de ser “política”, porque a tecnológica, que “resulta”, garante, “já se sabe qual é”. “O problema, é que implementá-las [as tecnologias] com sucesso, implica fazer alterações ao *status quo*, nomeadamente da utilização que é dado ao espaço da via pública. E essa é uma dificuldade política e não tecnológica”, exclama a professora do ISEG.

“É diferente, se olho para as *smart cities* como programa *top down*, desenvolvido por entidades governamentais” ou como “forma inteligente de governança urbana, o que implica participação pública, atores públicos e privados.”



PANDEMIA. A NOVA VIDA DO CARRO E A LUTA PELO ESPAÇO PÚBLICO

A pandemia coloca um desafio no desenho da mobilidade dentro das cidades inteligentes. O receio de uso do transporte público e aversão ao sharing (partilha) está, hoje, bem presente.

“O carro ganha nova vida como equipamento de proteção pessoal, logo é mais importante a questão do espaço público” determina. “Este, já era raro e muito concorrido, agora é mais escasso. E com o distanciamento imposto, perde-se espaço de utilização”, lamenta. Por essa razão, Patrícia Melo antecipa, para além da pandemia, uma outra crise: “Andar de novo de carro.” Alerta: “Pior que o medo de andar de transportes públicos, é o medo de passarmos a andar todos de carro. E aí temos a crise da poluição e da saúde. É um risco grande.”

Para reforçar a sua tese, recorda um dado estatístico. Cerca de 50% de movimentações em espaço urbano distam cinco quilómetros. “Se essas deslocações fossem transferidas para o modo ativo [pedonal] e bicicleta, seria um grande ganho nesta altura, em contexto pandémico, evitar que se transfirmam para o uso do carro”. Com naturalidade, considera uma oportunidade “perdida” não se considerar como “alternativa válida e eficiente” usar a “mobilidade ciclável”.

Ainda neste contexto, diz ser “importante garantir a alocação de espaço para os transportes públicos”, através de “faixas dedicadas, alargar as existentes ou criar outras”. As cidades asiáticas são dadas como bom exemplo de um “casamento entre o tipo de cidade e os transportes públicos”, adianta. “Quando se desenvolve uma linha de metropolitano, são os próprios operadores e construtores que são os promotores imobiliários e desenvolvem a parte imobiliária. A cada estação de metro, gera-se a procura, por desenho. É uma boa prática”, explica.

SENSORES NAS BICICLETAS PARA TESTAR A POLUIÇÃO

Cidades perfeitas podem não passar de mera utopia, mas Patrícia Melo expressa a sua ideia: “[Uma cidade] que não maltratasse os residentes e quem a visita, a nível de poluição, e não desperdiçasse tempo de vida das pessoas em congestionamento”. Em suma, uma cidade na qual as “pessoas tivessem acesso às vantagens e não ter essas penalizações, de tempo desperdiçado e saúde”.

Cerca de 50% de movimentações em espaço urbano distam cinco quilómetros. “Se essas deslocações fossem transferidas para o modo ativo [pedonal] e bicicleta, seria um grande ganho nesta altura, em contexto pandémico, evitar que se transfirmam para o uso do carro”.



Tempo e saúde são dados como exemplo numa das ações de mobilidade da cidade de Lisboa. “As Giras [bicicletas] poderiam ter medidores de poluição do ar”, aponta. “Temos, em Lisboa, pontos estáticos de medição da qualidade do ar, mas é uma cobertura reduzida”, anuncia. “Se tivéssemos esses sensores, poderíamos ter uma boa cobertura da cidade, e a informação poderia ser usada para criar algoritmos para planeamentos de rotas, por exemplo, a menos poluída”, desvenda. “Londres colocou sensores nos pombos, mas não cria a noção onde andam as pessoas. As bicicletas andam onde estão as pessoas”, finaliza.

TRÊS EXEMPLOS DE SMART CITIES EM PORTUGAL

Smart cities é um conceito bem conhecido e aplicado em diversos municípios portugueses. Aveiro, Viseu e Cascais são três exemplos de cidades que antecipam o futuro.

O projeto [Aveiro STEAM City](#) pretende ser o primeiro passo na criação de uma cidade inteligente, com uma economia baseada no conhecimento. O STEAM (em português, Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática) abrange a instalação de Techlabs nas escolas, desenvolvimento de uma plataforma de dados urbanos e um laboratório vivo com infraestrutura de fibra, sensores e conectividade 5G na cidade. No campo da energia, por exemplo, aposta nos veículos elétricos tendo com um dos alvos os moliceiros e progressiva substituição dos motores atuais por elétricos.

Viseu, coordenadora do Grupo de Trabalho das *smart cities* da Associação de Municípios Portugueses, para além de soluções inovadoras no tratamento de água, tem o primeiro transporte público elétrico não tripulado em Portugal – o “Viriato” –, integrado no Projeto de Mobilidade Urbana de Viseu – [MUV](#).

Em Cascais, o conceito desdobra-se em dois. O [MobiCascais](#), sistema integrado de mobilidade de Cascais, que criou um conjunto de pacotes de mobilidade que apresentam a mesma como uma integração de serviços, onde se incluem soluções elétricas e de mobilidade suave. E o [City Points Cascais](#), uma aplicação com base na gamificação, que premeia as boas práticas dos cidadãos.





É evidente que o Estado não pode lançar dinheiro para cima dos problemas. Se o fizer, desaparece o dinheiro e permanecem os problemas.

“Se tivermos um país com pessoas mais educadas e qualificadas, muda tudo”

António Costa Silva desenhou um plano para o País com várias propostas. Olha para as medidas apresentadas na “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” e, se tivesse de escolher uma só, a opção recairia na Educação. Mas vai mais longe. Quer apostar na Saúde, nas Infraestruturas e desenhar cidades inteligentes, estabelecer ligações ao Interior. Defende a cooperação entre setores público e privado e quer mudar a Administração Pública. Acredita que Portugal se pode transformar no laboratório da Europa e sustenta que a eficiência energética, as tecnologias digitais e a era do 5G podem ajudar a mudar a economia portuguesa. Pede um grande consenso político à volta do Plano de Recuperação e Resiliência que o Governo apresentou em Bruxelas e garante que o Estado servirá, nesta fase, de rede protetora das empresas.

A PANDEMIA LEVOU-NOS A ENTRAR NUMA NOVA ERA? DIZ QUE O ESTADO DEIXOU DE SER O MAU DA FITA E QUE DEVE EXISTIR UMA RELAÇÃO DE PARTILHA ENTRE ESTADO E ECONOMIA. QUE PAPEL CABE AO ESTADO? INVESTIDOR? É TER MAIS ESTADO ATÉ A ECONOMIA RECUPERAR?

É um choque exógeno brutal aquele que conduziu a esta crise sanitária, que já se transformou numa crise social e económica profunda. E, quando há um choque assim, não há possibilidade nenhuma de ser o mercado ou o sistema habitual a defender-nos. A crise revaloriza o papel do Estado e dos serviços públicos, como o Serviço Nacional de Saúde (SNS). A intervenção do Estado passa por reforçar esses serviços públicos e para se preparar melhor para outras pandemias, outras crises, como por exemplo, a climática ou ambiental. Por outro lado, deve ter em atenção a economia. O Estado nunca se deve substituir às empresas, mas nesta altura deve ser uma rede

de proteção daquelas que são viáveis economicamente. A essas, o Estado deve fazer tudo para as manter, pelo menos a flutuar, porque se as deixar falir, será muito mais difícil recuperar.

NÃO DEVERIA DEFENDER UM PAPEL MENOS DIRIGISTA? SE O ESTADO TOMA CONTA DA ECONOMIA, NÃO DESAPARECEM A INOVAÇÃO E A COMPETITIVIDADE?

Podíamos dizer, como os ultraliberais, business as usual, e deixar o mercado funcionar. O que é que vai acontecer? O País vai colapsar. Quem defendeu a privatização dos serviços públicos totais, o Estado mínimo, tem uma conceção errada e derrotada pela história. Temos que ter uma combinação virtuosa entre o Estado e o mercado. O mercado deve funcionar tanto quanto possível e o Estado tanto quanto o necessário. Se não for assim, pessoas e empresas sofrem. Não é um papel dirigista do Estado. É o Estado servir de rede protetora para a economia quando esta está em risco de colapsar. Quando as empresas recuperarem, o Estado desempenhará a sua função tradicional de regulador. O que é que pode mais fazer? Deixar as empresas viáveis falirem?

FALA NO APOIO ÀS EMPRESAS, DE AJUDAS ATRAVÉS DA LIQUIDEZ...

O presidente Obama defendeu, na anterior crise, a intervenção do Estado. E ajudou a General Motors. Uns anos depois, o Estado saiu e recuperou dividendos. Se não fizermos isso, vamos deixar algumas empresas, algumas muito importantes, desaparecerem. E não teremos nem economia, nem empresas. Há estudos do Banco de Portugal sobre as empresas portuguesas. Quem era rentável, em 2018 e 2019, e foi penalizado por causa da pandemia, deve ser ajudado de forma cirúrgica. É evidente que o Estado não pode lançar dinheiro para cima dos problemas. Se o fizer desaparece o dinheiro e permanecem os problemas. Preservar a capacidade produtiva do País é importante.

DEFENDE QUE SE DEVE OLHAR PARA A ECONOMIA ENQUANTO CLUSTERS – BIOTECNOLOGIAS DE SAÚDE OU DEFESA E ENGENHARIA AERONÁUTICA –, MAS TAMBÉM COMO CADEIA DE VALOR EM ALGUNS SETORES, COM A METALOMECÂNICA. QUER CONCRETIZAR?

Os clusters hoje já não são suficientes. Temos que ligar os clusters à análise das cadeias de valor. Na economia portuguesa temos algumas áreas e serviços de alto valor acrescentado que ainda não pesam muito nas exportações, mas devem pesar cada vez mais. Entre 2012 e 2017, a economia portuguesa produziu 35 novos produtos. Foi a 12ª do mundo. Deve fazer-nos pensar.

Temos capacidades e competências funcionais. Aliás, como a crise demonstrou, com a resposta conjunta do sistema científico e das empresas ao criarem ventiladores e utilizando a impressão tridimensional. Onde falhamos? Nas competências institucionais. As políticas públicas devem ser inteligentes, persistentes e de maior continuidade. Falhamos na gestão, sobretudo nas pequenas e médias empresas (PME).

E O QUE PODEREMOS FAZER?

Temos que apostar na qualificação. Os programas que o Estado fizer para apoio às empresas devem ser ligados a um *update* da gestão das próprias empresas. E depois, temos o marketing dos produtos, a sua internacionalização e a análise da própria cadeia de valor. Damos pouca atenção a isso. Na internacionalização dos nossos produtos, pergunto como é que podemos subir na cadeia de valor. E dentro da cadeia de valor como diminuir o conteúdo importado das nossas exportações e o que podemos substituir de importações com produtos nacionais.

COMO SUBSTITUIR AS IMPORTAÇÕES?

A indústria, a metalomecânica, pesada e ligeira, são muito importantes. Por vezes, o conteúdo importado das nossas exportações é demasiado elevado. E, sem se transformar isso, muito dificilmente o País terá um crescimento económico significativo. Temos as condições de base, sobretudo cadeias funcionais, mas se se olharmos à cadeia de valor e analisarmos a capacidade de substituir algumas importações e reduzir o conteúdo importado das nossas exportações, diminuindo-o significativamente e aumentando o volume dos produtos de alto valor de acrescentado, a economia portuguesa pode dar um salto.

QUE PRODUTOS SÃO ESSES?

É curioso ver a matriz das nossas exportações. Temos a metalomecânica ligeira e pesada, as máquinas, manutenção, motores, radares e outros como a Ciência de ponta que se faz nas Ciências da Saúde. Portugal pode ser a “fábrica da Europa”, em termos de medicamentos e equipamentos médicos. Temos empresas de primeiro plano, investigação qualificada, nichos de mercado. Agora, temos de ser capazes de produzir os agentes ativos que são a base dos medicamentos, olhar para as moléculas antigas, fazer um *repurposing* de alguns medicamentos que já existem e não são produzidos no País. Com a requalificação das cadeias logísticas locais podemos reduzir a alta dependência do exterior nestas áreas críticas, e que a crise mostrou. Podemos aproveitar esta reorganização das cadeias logísticas para sermos uma fábrica de medicamentos e equipamentos médicos na Europa.

As medidas relacionadas com a qualificação da população [são prioritárias]. A Educação. O investimento em Ciência e Tecnologia. E tudo o que tem a ver com área da Saúde. A gestão do SNS, o olhar para todas áreas à volta, o setor privado e social, as empresas tecnológicas e inovação e, a partir daí, construir soluções. A economia passa por aí.

NESTAS ÁREAS NÃO SERÁ NECESSÁRIO O INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO (IDE)? O PLANO DE RECUPERAÇÃO, CONTUDO, MENCIONA POUCO ESTE TEMA.

Está lá. Acho é que as pessoas simplificam muito as coisas quando olham para os documentos. Sobre tudo certas elites nacionais não estão interessadas em que o País se supere, mas sim em manter a narrativa do Eça de Queiroz, da choldra. O País não é uma choldra e pode superar-se. Há quatro mil PME que, em 2019, reportaram investimento em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT). Essas PME devem ser estudadas, radiografadas, são uma base imensa para captar IDE. Em 2018 e 2019, o investimento em IDT no setor privado foi superior ao investimento público. O País investe cerca de 1,4% do PIB em inovação e vai investir até 3% nos próximos dez anos, como está estabelecido pelo Governo. E é por aí. Há muita gente neste País que quer lutar contra esta espécie de fatalismo que algumas elites portuguesas gostam de cultivar e que é uma das causas do atraso do País.

MAS POR ONDE SE PODE COMEÇAR? QUE PROPOSTAS PARA O IMEDIATO?

As medidas relacionadas com a qualificação da população. A Educação. O investimento em Ciência e Tecnologia. E tudo o que tem a ver com a área da Saúde. A gestão do SNS, o olhar para todas áreas à volta, o setor privado e social, as empresas e em particular as tecnológicas e a inovação e, a partir daí, construir soluções. A economia passa por aí.

POR UM LADO, PENSAMOS QUASE SEMPRE A CURTO PRAZO E NUNCA A LONGO PRAZO. POR OUTRO, TEMOS A TRADIÇÃO DE FAZER GRANDES PLANOS QUE NUNCA SAEM DA GAVETA. ESTE DOCUMENTO “VISÃO ESTRATÉGICA” AGORA APRESENTADO NÃO É PARA FICAR NA GAVETA, CERTO?

Não sei se é para ficar na gaveta. Se for, o País perde uma oportunidade crucial para mudar. Terá de haver um grande consenso político à volta do Plano. Nos eixos estratégicos em que o País tem de apostar, a convergência é grande. Tudo o que falei, a qualificação das populações, o investimento na Ciência e Tecnologia e nos serviços de saúde e outros serviços públicos, a reindustrialização do País e a mudança da nossa estrutura produtiva para subir na cadeia de valor, tudo o que tem a ver com a eficiência energética, a descarbonização, há muitas áreas de convergência e incluindo uma área muito importante: o Estado Social. Temos que reforçar essas estruturas. Temos mais de um milhão de pessoas em situação de pobreza. O número vai crescer. Se não se der atenção à proteção social dos mais vulneráveis, teremos situações muito difíceis no futuro.

A ferrovia, um investimento colossal, já esteve na gaveta em 1999 e regressa agora, tal como um novo aeroporto. São os tais planos na gaveta. O País entrou no século XXI e esqueceu-se da economia no século passado. O crescimento económico de Portugal, de 2000 a 2015, foi 0,05% por ano. Uma vergonha. Isso penaliza, sobretudo, as novas gerações. O País vai-se atolando nesta onda de não traduzir as ideias em projetos e sair deste fatalismo. Não contem comigo para esse peditório.

A NECESSIDADE DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS É DESTACADA NO DOCUMENTO. SENDO O SETOR SEGURADOR O MAIOR INVESTIDOR INSTITUCIONAL EM PORTUGAL – CARTEIRA DE ATIVOS DE 55 MIL MILHÕES DE EUROS – NÃO CONSIDERA QUE PODE/DEVE SER INCENTIVADO A TER UM PAPEL RELEVANTE NESTE DOMÍNIO?

É, de facto, uma grande oportunidade para a cooperação entre Estado e setor privado. Estou convencido que, no

século XXI, o paradigma da conectividade vai triunfar. Se o País aumentar a sua conectividade – e por isso é que defendo a rede ferroviária elétrica, para aumentar a conectividade no espaço ibérico e europeu –, se conseguirmos isso, mudamos todo o paradigma que existe no Interior do País, nas zonas mais abandonadas que podem ter uma centralidade no *hinterland* ibérico. Se olhar para o que se está a passar em Castelo Branco, Évora, Bragança, temos aí polos tecnológicos agrícolas, universidades, politécnicos, temos polos de ciências biomédicas na Covilhã e em Castelo Branco, temos no Fundão uma espécie de microcosmos de tecnologias digitais. Podemos usar isso como a chave para o desenvolvimento deste século: a geoeconomia, a criação de espaços económicos integrados a partir das valências produtivas locais e falar com o outro lado da fronteira e com a Europa. Sem esquecer outras partes do mundo, através do mar. E aí, o País tem condições importantes. Tem Sines, o maior porto de águas profundas da Europa. Tem Leixões e outros portos. Portanto, um *hub* portuário ligado e conectado às redes e plataformas logísticas internacionais. Podemos fazer as duas coisas em simultâneo: apostar na ligação continental e com a Europa e na ligação marítima com o Mundo.

COMBINAR A GEOECONOMIA NO INTERIOR COM O MAR?

Exatamente, ao contrário do que a história de Portugal, em muitos ciclos, fez de forma dicotómica e separada. Combinadas, poderemos ter uma forma de alavancar o País para o desenvolvimento. O território é dispar, com muitas assimetrias. Defendo um olhar sobre o território,

Temos o SNS, o setor privado de saúde, o setor social, muito importante no apoio aos idosos, como se revelou durante a pandemia. Por isso, defendo uma reconfiguração de todos esses serviços.

no seu conjunto, e fazer mapas das vulnerabilidades e resiliências. Há zonas muito vulneráveis. Se for ao Alentejo ou Algarve, as alterações climáticas e a desertificação estão a avançar. Por isso, defendo que Beja ou Mértola deve ser uma capital ibérica da luta contra a desertificação. Deve mobilizar Fundos Europeus, trabalhar com os Países do Norte de África e Mediterrâneo para desenvolver processos que permitam alterar o modelo de ocupação do território, as paisagens, requalificá-las, ver na floresta e agricultura qual o mosaico que temos de construir. Temos culturas fantásticas, como o sobreiro ou o azinho. Uma tonelada de cortiça sequestra 73 toneladas de CO2. Esse é um processo para a descarbonização da economia.

FALEMOS DE SAÚDE. DEVERÁ O SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE CONTINUAR A SER UM EXCLUSIVO DA PRESTAÇÃO PÚBLICA? OU PODERÁ O SETOR PRIVADO – ONDE CABEM AS SEGURADORAS – E SETOR SOCIAL, FAZER PARTE DESSA REDE DE PRESTAÇÃO, COMO ALIÁS ACONTECE NA GENERALIDADE DOS PAÍSES EUROPEUS E TAMBÉM EM PORTUGAL, EMBORA EM MENOR ESCALA (PPPS E HOSPITAIS CONCESSIONADOS, POR EXEMPLO)?

Os setores são complementares. Temos o SNS, o setor privado de saúde, o setor social, muito importante no apoio aos idosos, como se revelou durante a pandemia. Por isso, defendo uma reconfiguração de todos esses serviços. Identificar o que falhou e funcionou. O SNS é uma das maiores conquistas da democracia. Agora, tem limites, foi sujeito a uma pressão, fruto da desorçamentação e do investimento que não foi feito nos últimos anos. Portanto, nesta altura, e com a Europa a olhar mais para este setor, há que usar, da melhor maneira, fundos europeus, para benefício do SNS. Para que o setor social e o privado se articulem, para estarmos preparados para as próximas doenças.

DIZ QUE O CONHECIMENTO E A ENERGIA SÃO CRUCIAIS. ONDE É QUE PORTUGAL ESTÁ MAIS AVANÇADO E ONDE DEVE APOSTAR?

O conhecimento é decisivo. É o petróleo deste século. Estudo da *McKinsey* mostra que a nova onda das tecnologias digitais pode ter um impacto 10 vezes maior na economia do que a Revolução Industrial. A *Internet of Things*, o *Big Data*, a Inteligência Artificial, vão mudar os processos industriais, de trabalho e modelos de negócios. Podemos ser mais eficientes e resolver os problemas da produtividade, aumentando-a, apostando nessas tecnologias. E ligar tudo à rede de 5G.

Se não mudarmos o paradigma das cidades, não resolveremos a questão climática ou ambiental. E só resolveremos com a adoção do paradigma das cidades inteligentes.

O QUE TRARÁ O 5G?

Vai mudar o paradigma da conectividade, tal como a cloud [nuvem] mudou o paradigma da computação. As tecnologias podem ter um impacto muito grande na produtividade total dos fatores de produção. Ligo isso à eficiência energética, outro aspeto importante. Gastamos mais 30% de energia do que necessitamos, um desperdício imenso. Estudos apontam que a economia portuguesa tem uma relação umbilical entre a produtividade e a eficiência energética. Estas três áreas – eficiência energética, tecnologias digitais e 5G – podem ajudar a reconfigurar muitos paradigmas e processos de produção e impulsionar a produtividade da economia portuguesa.

ONDE ENTRAM AS CIDADES INTELIGENTES, NAS ÁREAS METROPOLITANAS DE LISBOA E PORTO?

Defendo cidades inteligentes para as duas macrorregiões e também para as cidades intermédias. Se olhar para as cidades, no conjunto do planeta, ocupam somente 2% da área. Mas é nelas que vive 50% da população. É nelas que se consome 75% da energia e se realiza mais de 80% de emissões de CO2. Se não mudarmos o paradigma das cidades, não resolveremos a questão climática ou ambiental. E só resolveremos com a adoção do paradigma das cidades inteligentes.

E O QUE É QUE SIGNIFICA ESSA APOSTA?

Apostar nos sensores, nos dados, na Inteligência Artificial, nas máquinas que aprendem a processar a informação, transformá-la em conhecimento e usá-lo para e construir redes inteligentes na circulação de pessoas e veículos, nas redes de energia, esgotos ou água e resíduos. É reconfigurar o funcionamento das cidades. Ligo a esta questão os carros autónomos. As máquinas vão fazer melhor que nós. E este tema está muito ligado a questões dominantes que a juventude, privilegia como é o caso da economia partilhada, o ter acesso às coisas, mas não ser proprietário dessas coisas. Com acesso a uma frota inteligente de carros autónomos, através de cartão ou telemóvel, o paradigma das cidades pode mudar. Podemos libertar mais a cidade, torná-la menos poluída e mais coesa.

ESTA BAZUCA EUROPEIA PARA PORTUGAL É MUITO DINHEIRO. A QUE CRITÉRIOS O PLANO DEVE OBEDECER? NÃO HÁ O RISCO DOS “EUS” QUE TEM FALADO VIREM AO DE CIMA?

Temos de mudar a cultura da Administração Pública. Tem áreas de excelência e outras menos boas. Mas tem uma cultura muito burocrática e orientada para pareceres. Uma empresa, para aprovar um projeto, passa por seis ou sete gabinetes públicos e cada qual emite um parecer. Perde-se tempo, energia e talento. É evidente que devemos respeitar a lei, mas necessitamos de uma Administração Pública mais ágil e eficaz. Com o que temos, e se olharmos para os Fundos Europeus, dá, no máximo, para executar dois mil e quinhentos milhões de euros por ano. E vamos receber mais duas a três vezes mais do que esses montantes. Se mantivermos o mesmo registo burocrático, batemos com a cabeça na parede.

E QUAIS SERÃO OS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO?

Defendo uma bolsa onde as empresas devem competir e apresentar os projetos. Deve haver um júri e uma espécie de uma loja do cidadão para as empresas. Um interlocutor único das empresas com o Estado para agilizar

Temos de mudar a cultura da Administração Pública. Tem áreas de excelência e outras menos boas. Mas tem uma cultura muito burocrática e orientada para pareceres.

os processos. Essa candidatura aos fundos europeus, deve ter esse organismo que analise e decida sobre os projetos. E depois terá de haver um Portal público onde o Governo prestará contas e explicará os critérios e a distribuição. E por fim, que permita o escrutínio público sobre como são aplicadas as verbas e qual a taxa de execução. A democracia é um regime conflitual, mas repousa na confiança entre governantes e governados. Tudo o que seja transparência e prestação de contas, só aumenta essa confiança.

O DESEMPREGO É UM DESAFIO QUE ENFRENTAMOS NO IMEDIATO. O QUE É QUE O PLANO FALA DA PROMOÇÃO DE EMPREGO?

O programa defende alguns programas de apoio ao emprego. Falam sobretudo do desemprego criado pelo desenvolvimento e aplicação das novas tecnologias. Está lá: a requalificação, esquemas de proteção social. Mas não esqueçamos. O essencial para o País mudar, são as pessoas. Passamos a vida a dizer que estamos em retração demográfica e a taxa de natalidade é baixa. É verdade. Mas, não podemos esquecer as franjas da população mais desfavorecida que pode entrar no desemprego. Apostar na requalificação dessas pessoas, recuperá-las, inseri-las nos centros de formação profissional pode ser,

no futuro, muito interessante para a economia, em todos os outros setores. Que podem vir a crescer.

O QUE FALTA DEPOIS DISTO TUDO? O CONSENSO POLÍTICO?

Consenso político e capacidade de reinventar o nosso quadro mental. Somos extraordinários na anormalidade, respondemos à pandemia e a solidariedade está lá, mas somos muito banais na normalidade. Quando isto passar, o País pode voltar ao ‘ramerrame’ outra vez. Se não se reinventar o quadro mental, se não se comprometer que é necessário agir, se não pegar na oportunidade e superarmo-nos ultrapassando os constrangimentos estruturais, dificilmente sairemos da cepa torta.

SE PUDESSE ESCOLHER APENAS UMA PRIORIDADE, QUAL ESCOLHIA?

A educação e qualificação das pessoas. Se tivermos um País com pessoas mais educadas e qualificadas, muda tudo. Repare que, apesar de todos os avanços na democracia portuguesa e todos os investimentos na educação, ciência e tecnologia, ainda hoje, somos o pior País da União Europeia a 27, em termos da população ativa que termina o Ensino Secundário. Se em dez anos estivermos na média europeia, será um avanço imenso para Portugal.

Não podemos esquecer as franjas da população mais desfavorecida que pode entrar no desemprego. Apostar na requalificação dessas pessoas, recuperá-las, inseri-las nos centros de formação profissional pode ser, no futuro, muito interessante para a economia, em todos os outros setores. Que podem vir a crescer.



LIVRO:

“Talvez uma App” mostra os caminhos de uma ideia e o futuro da digitalização do setor segurador



Um negócio falhado destapa boas ideias para uma startup. *“Talvez uma App”*, o novo livro da coleção da APS dedicada à literacia financeira, aborda as alternativas de emprego dos jovens no setor segurador

Uma festa surpresa marcada por SMS e a desilusão de um jovem após o envio de um *curriculum vitae* a uma seguradora é o ponto de partida de mais um livro da coleção “Seguros e Cidadania”, da autoria de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada.

Ao longo de 116 páginas, *“Talvez uma App”* passeia pela

trama das relações humanas entre Mário, Manuel, Manel Ricardo, Margarida, Manuela, Madalena, Guida, Zilda e outras personagens colaterais. Retratando as ligações de amizade e familiar existentes, destacando as redes de apoio e solidariedade existentes, as linhas das duas autoras portuguesas guiam o leitor até aos naturais dilemas e incertezas vividas por parte de jovens universitários no momento da procura do primeiro emprego.

Tendo como pano de fundo a era digital e as aplicações digitais (*apps*) desenvolvidas e a desenvolver, a história, pincelada com situações da vida social e os problemas do dia-a-dia, arranca com uma ideia nascida no mundo digital para ser aplicada num ramo e numa atividade específica, ligada à música.

Entre avanços e recuos, e um negócio falhado pelo meio, a narrativa desagua num furto de um automóvel e de um outro objeto que leva uma das personagens a reencontrar-se com a seguradora. A tal que não tinha dado resposta positiva na abordagem de emprego, e que, agora, presta-se a abrir a janela de oportunidade. Tudo, por causa de uma *app*.

Ao transmitir uma lição – a de que uma ideia nascida para responder a uma necessidade pode ser aproveitada para outras áreas –, o novo livro de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, entra no campo da Educação Financeira. Descreve, assim, sucintamente, quais os passos necessários à criação de uma empresa, o local onde a

constituir, a criação do nome ou mesmo a necessidade de um desenho do logotipo. E, acima de tudo, mostra que a via digital e as ideias sobre a utilidade de várias aplicações, na indústria seguradora, podem assumir-se como uma via profissionalizante dos jovens do século XXI.

“Talvez uma App” tem lançamento marcado para o próximo dia 9 de dezembro através de um webevento, com a participação de João Costa, Secretário Estado Adjunto e da Educação, transmitido a partir do espaço Memória do Seguro, na sede da APS, em Lisboa.

O novo livro é o quinto da coleção “Seguros e Cidadania”. Destinada a um público infantojuvenil, as obras desta coleção da APS ilustram situações problemáticas que surgem na vida das pessoas, suscitando a reflexão e o diálogo sobre várias questões que os jovens e as famílias podem enfrentar e ajudam a clarificar o papel do seguro no âmbito da educação financeira. São um recurso especialmente adequado para as aulas desta área disciplinar, tendo a APS estabelecido um protocolo com o Plano Nacional de Leitura 2027 (PNL2027) para a promoção de ações de literacia financeira em contexto escolar, relativas à atividade seguradora. As ações são dirigidas ao ensino básico e secundário, da rede escolar.

Visite o portal do novo livro da APS e assista aos vídeos com entrevistas às autoras e a alunos em <https://talvezumaapp.sapo.pt>

Destinado a um público juvenil, os livros da coleção “Seguros e Cidadania” ilustram situações problemáticas que surgem na vida das pessoas e centram-se em temas de literacia financeira, ajudando a clarificar o papel do seguro. Pelas narrativas que apresentam suscitam a reflexão e o debate em torno de questões que os jovens e as suas famílias podem enfrentar, no âmbito da Educação para a Cidadania. São, por isso, um recurso especialmente adequado para as aulas desta área disciplinar, com alunos do 3º ciclo do Ensino Básico (podendo também ser lidos, com interesse, por alunos do Ensino Secundário).

/ *Talvez uma App*
/ *Alerta Máximo + encarte especial sobre o aquecimento global e risco de incêndio.*
/ *Armadilha Digital*
/ *Encontro Acidental*
/ *Um Perito em Busca da Verdade*

Adicionalmente, a APS tem vindo a dinamizar ações de educação financeira junto de um público mais novo, tendo igualmente publicado dois livros destinados aos alunos do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, também da autoria de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada.

/ *Catástrofes e Grandes Desastres*
/ *O risco espreita, mais vale jogar pelo seguro*



PRODUÇÃO EMITIDA DE SEGURO DIRETO						
PRODUÇÃO ACUMULADA ENTRE JANEIRO E SETEMBRO	Milhares de Euros		Variação homóloga		Estrutura da Produção	
	2019.09	2020.09	Nominal	Real	2019.09	2020.09
VIDA	5 274 573	2 992 714	-43,3%	-43,3%	57,9%	42,8%
Risco	738 707	756 671	2,4%	2,4%	8,1%	10,8%
Produtos Capitalização	1 982 631	1 441 598	-27,3%	-27,3%	21,8%	20,6%
PPR	2 548 685	794 445	-68,8%	-68,8%	28,0%	11,4%
Operações de capitalização	4 550	0	-100,0%	-100,0%	0,0%	0,0%
NÃO VIDA	3 828 965	3 991 781	4,3%	4,2%	42,1%	57,2%
Acidentes e Doença	1 473 277	1 547 969	5,1%	5,0%	16,2%	22,2%
Acidentes de Trabalho	676 472	705 085	4,2%	4,2%	7,4%	10,1%
Doença	673 256	731 640	8,7%	8,6%	7,4%	10,5%
Incêndio e Outros Danos de Coisas	677 159	714 393	5,5%	5,5%	7,4%	10,2%
Habitação e Condomínios	406 018	427 827	5,4%	5,3%	4,5%	6,1%
Comércio e Indústria	194 934	207 486	6,4%	6,4%	2,1%	3,0%
Automóvel	1 464 299	1 509 726	3,1%	3,1%	16,1%	21,6%
Transportes	39 809	39 934	0,3%	0,3%	0,4%	0,6%
Responsabilidade Civil Geral	92 471	95 299	3,1%	3,0%	1,0%	1,4%
Diversos	81 950	84 460	3,1%	3,0%	0,9%	1,2%
TOTAL	9 103 538	6 984 496	-23,3%	-23,3%	100,0%	100,0%

U: Milhares de Euros



MAIS LITÍGIOS INTERNACIONAIS E GRANDES RISCOS ENTRE AS METAS DO CIMPAS

Duarte Gorjão Henrique quer alargar competências do CIMPAS ao Dano Corporal que resulte de acidentes de viação e aos Acidentes de Trabalho. Durante o mandato gostaria, ainda, que pudessem ser submetidos à arbitragem do CIMPAS grandes litígios internacionais e litígios relacionados com seguros de grandes riscos.

Duarte Gorjão Henriques é o presidente do conselho diretivo do Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Seguros (CIMPAS) desde agosto, “depois de 25 anos a intervir em processos judiciais relacionados com seguros”, apresenta-se. Compara, desde logo, os tribunais comuns e os tribunais arbitrais, como este da atividade seguradora, a que preside: “A grande vantagem de recorrer ao CIMPAS é permitir a resolução do litígio no período de seis meses a um ano. É célere. E os custos são muitíssimo mais baixos”, assegura, comparando com os processos que correm judicialmente, “que tipicamente demoram dois a três anos ou mais”.

Para Gorjão Henriques, a “questão do tempo é importante para o lesado e para a seguradora”, ou não fossem também as provisões “uma das grandes dores de

cabeça das companhias”, antecipa. “A duração e o desfecho da ação tem um grande impacto no cálculo dessas provisões”, reforça.

Para o mandato que assume, um dos desafios passa por dotar o CIMPAS dos meios para “arbitrar litígios decorrentes de Danos Corporais”, sustenta. “Na sua filosofia, não há nenhuma razão para que estes casos não possam ser avaliados por árbitros e que o processo não possa ser decidido por um árbitro”, reitera. O presidente do centro de arbitragem e mediação do setor segurador acrescenta não ver qualquer impedimento para “juntar ao corpo de árbitros, um corpo de médicos que possa avaliar o dano corporal” e dessa forma “contribuir para melhorar procedimentos e torná-los mais expeditos”, contrariando a excessiva demora atualmente verificada nestes processos, muito dependentes da capacidade de resposta dos médicos do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses. “

O mesmo alargamento poderia ocorrer relativamente aos “processos decorrentes de Acidentes de Trabalho, com um corpo técnico médico especializado. Não vejo porque não possa no futuro ser submetido”, acrescenta, ainda que aqui a legislação vigente imponha a obrigatoriedade de tramitação do processo pelos tribunais de trabalho.

Para além desses objetivos, aponta o desejo de desenvolver outras áreas: “Mais litígios com incidência internacional”, anuncia. E, numa vontade mais “ambiciosa”, tornar o CIMPAS num centro de resolução de conflitos para “os sinistros de grandes riscos e de grandes obras”, embora, no caso em particular, “o figurino tivesse que ser alterado”, avisa, permitindo “que as partes indiquem os seus árbitros e, assim, ter uma lista de árbitros mais

robusta e com mais conhecimentos”, descreve. “Seria feliz com estes projetos em andamento no fim mandato”, declara.

Na génese da criação do CIMPAS, então criado pelo Ministro da Justiça António Costa, pretendeu-se “dar uma resposta ao volume de processos que tinha a ver com a indústria seguradora”. E tem sido uma experiência de tal

modo bem-sucedida que atualmente há quem coloque a hipótese de o fazer evoluir para um Centro de resolução de litígios dos serviços financeiros em geral. Sobre essa possível evolução, admite não ter uma “resposta definitiva”. Duarte Gorjão Henriques, embora reconheça ser “um desafio interessante”, entende que a “indústria seguradora levanta problemas distintos daqueles que são levantados

na indústria bancária”. Esse caminho “obrigaria a montar um mecanismo e estrutura diferente, autónoma, centros administrativos e corpos de árbitros diferentes. Implica, também, uma mudança institucional”, explica. “Se a ideia é ter um centro que agregue as duas atividades, não diria que não, mas penso ser prematuro”, finaliza. substituir às empresas, mas nesta altura deve ser uma rede



CARTA VERDE PERDE A COR E QUER SER MAIS AMIGA DO AMBIENTE

Vinheta pode ser agora impressa a preto e branco. Setor quer desmaterialização total.

O Certificado Internacional de Seguro Automóvel, usualmente designado por carta verde, estava, desde 1 de julho, autorizado a ser impresso em folha branca. Mas a partir de outubro, o dístico destacável comprovativo da existência de seguro, passou a ser, igualmente, emitido a preto e branco, conforme estipulado em portaria do Diário da República. “Na sequência desta deliberação, considera-se adequado atualizar a referida portaria, através da eliminação do requisito da cor em que deve ser emitido o dístico”, lê-se no documento que entrou em vigor a 9 de

outubro de 2020. Tal acontece também para os casos em que há isenção da obrigação do seguro.

A vinheta perde a cor, mas não a visibilidade. Os “dísticos previstos nos artigos anteriores são apostos no interior do veículo no canto inferior ou superior direito do para-brisas ou, na falta deste, noutro local bem visível”, acrescenta a portaria.

A APS congratulou a decisão do Governo de eliminar o requisito da cor na qual deve ser emitido o dístico da inspeção do seguro automóvel. Esta medida constituiu uma das recomendações apresentadas pela APS junto do Executivo e do regulador, no âmbito de um conjunto de medidas legislativas e regulatórias com vista a assegurar a simplificação e flexibilidade de determinados procedimentos, em benefício dos clientes e beneficiários dos seguros. Fica, assim, facilitado o envio das cartas verdes por meio eletrónico evitando os inconvenientes causados pelo extravio ou atrasos na entrega.

PRÓXIMO PASSO: A DESMATERIALIZAÇÃO

“Esta medida, terá um conjunto de impactos positivos tanto ao nível da atividade das empresas do setor, como para o tomador do seguro, pois resultará numa maior celeridade dos processos, tornando-os mais dinâmicos, fáceis e acessíveis e mais amigos do ambiente”, sublinha José Galamba de Oliveira, presidente da APS.

A associação espera que este seja apenas “um primeiro passo” para a “desmaterialização total da carta verde”. Uma carta que deverá ser verde, sim, mas por ser “amiga do ambiente”, acrescenta. “O setor segurador tem 8 milhões de veículos atualmente seguros, e emite cerca de 11,4 milhões de cartas verdes todos os anos e por isso é fundamental avançar para a desmaterialização”, conclui Galamba de Oliveira.

PORTUGUESES SÃO, ENTRE OS EUROPEUS, OS QUE MENOS POUPAM PARA A REFORMA

Estudo da Insurance Europe, divulgado pela APS em webinar sobre “Demografia, Pensões e Poupança para a Reforma”, diz que mais de 50% dos portugueses não tem capacidade financeira para poupar para a reforma. 35% quer, no entanto, construir um pé-de-meia.

Mais de 53% dos portugueses afirmam ter interesse em começar a poupar para reforma, embora não tenham condições financeiras para o fazer – um valor que contrasta com a média europeia, cifrada nos 42%. Estes dados figuram nas conclusões de um inquérito realizado a 10.000 cidadãos, de dez países europeus, entre eles, Alemanha, Polónia, Luxemburgo, França, Áustria, Hungria, Suíça, Itália, Espanha e Portugal, líder deste ranking.

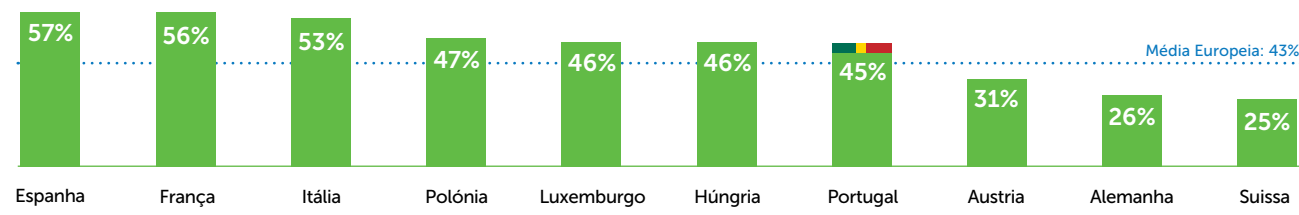
Os números foram adiantados num webinar da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), sob o mote “Demografia, Pensões e Poupança para a Reforma”. Enquadrado na Semana Mundial do Investidor 2020, promovida pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, este evento serviu para promover uma reflexão alargada sobre os resultados do estudo europeu de pensões, realizado pela Insurance Europe, e promover o debate sobre a capacidade de poupança para a reforma a nível nacional, num contexto de pandemia.

Segundo este inquérito europeu, para além do facto de 53% dos portugueses sublinharem não ter capacidade financeira para poupar, revela ainda que 45% não estão a fazer qualquer aforro adicional para a reforma, percentagem igualmente acima da média (que se cifra em 43%) dos dez países visados.

De notar que 35% dos portugueses inquiridos afirmam que tencionam poupar para a reforma num futuro próximo – um valor elevado, quando comparado com a média europeia, situada em 20% das intenções.

1. O GAP NA POUPANÇA PARA A REFORMA

A percentagem de pessoas que não pouparam em Portugal está muito próxima da média europeia



Entre outras conclusões apresentadas no estudo da Insurance Europe, conclui-se que 76% dos portugueses inquiridos “preferem receber pelo menos o total do valor investido e possivelmente um pouco mais”, em linha com o cenário europeu (com a percentagem a fixar-se em 73%).

Ainda segundo o estudo, apenas 36% dos portugueses revelam estar disponíveis “a pagar por uma proteção, caso vivam mais anos do que inicialmente esperado”. Um indicador que coloca Portugal no fim da tabela entre os países analisados no documento, sendo 43% a média europeia.

Para José Galamba de Oliveira, presidente da APS, “os dados, agora apresentados, revelam que existe uma importante apetência dos portugueses em poupar para a reforma”. Em relação aos resultados do estudo Insurance Europe sobre Pensões e Reformas para Portugal, o responsável acrescenta ser necessário “refletir” e “apontar direções”, que permitam “criar segurança financeira e uma melhor qualidade de vida para a senioridade”.

A iniciativa, “Demografia, Pensões e Poupança para a Reforma”, promovida pela APS e moderada por Francisco Botelho, jornalista do ECO Seguros, contou com a intervenção de Francisco Assis (Presidente do Conselho Económico e Social), Margot Jilet Vesentini (Policy Advisor Pensions da Insurance Europe) e oradores como Maria João Valente Rosa (Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa), Fernando Alexandre (Professor de Economia na Universidade do Minho) e Nelson Machado (CEO Ocidental e Ageas Vida e Pensões e Presidente da Comissão Técnica Vida – APS).

Para aceder à apresentação do estudo da Insurance Europe, assim como à gravação do webinar promovido pela APS, basta aceder a este link. <https://www.apseguradores.pt/pt/eventos/2020/articleid/177/webinar-aps-quot-demografia-pensoes-e-poupanca-para-a-reforma-quot-06-out-2020-11h00-12h30>



FUNDO COVID-19 ALARGADO

As empresas de seguros que operam em Portugal, decidiram, em julho, alargar o âmbito das situações abrangidas pelo apoio concedido a partir do Fundo Solidário, que conta com uma dotação de 1,5 milhões de euros e é gerido através da APS.

Para além das compensações devidas aos familiares de profissionais dos setores já anteriormente delimitados, vítimas da COVID-19, foi decidido alargar o apoio do Fundo às pessoas que, fazendo parte do elenco de profissões e setores delimitados no ato de constituição do Fundo, o façam em regime de voluntariado e contraiam a doença COVID-19.

Recentemente, as empresas seguradoras decidiram prorrogar o âmbito temporal do Fundo Solidário, passando do final de 2020 para o dia 30 de junho de 2021.



FUNDO GARANTIA AUTOMÓVEL COMEMOROU 40 ANOS

Fundo de Garantia Automóvel (FGA) celebrou 40 anos de existência, efeméride assinalada a 25 de setembro com a realização da conferência "Fundo de Garantia Automóvel: 40 anos ao serviço da comunidade". Tem por missão, entre outras, "a proteção das vítimas de acidentes de viação que, de outro modo, não seriam protegidas, garantindo toda a assistência hospitalar necessária, a recuperação, o justo ressarcimento em termos económicos e os danos futuros aos grandes incapacitados", sublinhou, em comunicado, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), entidade responsável pela gestão do FGA.

Desde que este mecanismo entrou em ação, cada uma das vítimas indemnizada recebeu em média cerca de 7 mil euros. No total, foram indemnizados 13 mil sinistrados, vítimas de danos corporais e 50 mil condutores (danos materiais). O Fundo pagou ainda perto de 433 milhões de euros em indemnizações a lesados na sequência de acidentes de automóvel em que o culpado não tinha seguro válido. Por fim, em média, a cada ano, o Fundo de Garantia Automóvel paga 10,8 milhões de euros em indemnizações, de acordo os dados divulgados aquando da efeméride.



APROVADA VENDA DA POPULAR SEGUROS

O banco Santander vendeu 50,01% da Popular Seguros à Mapfre, passando a seguradora a designar-se Mapfre Santander Portugal-Companhia de Seguros. Os restantes 49,99% permanecem na Santander Totta Seguros de Vida.

A operação foi aprovada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e permite a criação de uma parceria, em Portugal, que vai ainda comercializar e distribuir produtos do ramo Não Vida. A parceria envolveu ainda a aquisição, por parte da Mapfre Portugal, de 100% de uma carteira em run-off de seguros de vida, detida pelo Santander Totta Seguros.

SUPERVISORES LUSÓFONOS LIGADOS A LISBOA

A Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL), realizou, em outubro, a XXIV Conferência Internacional da ASEL. O "Impacto dos riscos cibernéticos no

setor segurador" e "Riscos catastróficos/pandemia COVID-19" foram os temas principais abordados.

O evento que juntou a supervisão seguradora do Brasil, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau, decorreu de forma presencial somente para os oradores.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO SETOR SEGURADOR

06/06/20	Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho - aprova o Programa de Estabilização Económica e Social.
09/07/20	COVID-19 – Fundo Solidário do setor segurador: Seguradoras alargam o âmbito para a atribuição das compensações
31/08/20	Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto - Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, alterando diversas leis.
22/09/20	17.ª Assembleia Geral e XXIV Conferência da ASEL.
25/09/20	Assinalados os 40 anos do Fundo de Garantia Automóvel.
29/09/20	Decreto-Lei n.º 78-A/2020, de 29 de setembro - altera também o Decreto-Lei n.º 20 -F/2020, de 12 de maio, que estabelece um regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro, estabelecendo que o mesmo passa a vigorar até 31 de março de 2021, sem prejuízo do período de produção dos efeitos contratuais que decorram da aplicação de alguns preceitos. Nesta matéria, passa a prevêr-se igualmente um dever de divulgação das medidas por parte dos seguradores.
06/10/20	Estudo Europeu de Pensões - Mais de metade dos portugueses não consegue poupar para a reforma
06/10/20	Autorizada a fusão da Generali - Companhia de Seguros, S.A., e da Generali Vida - Companhia de Seguros, S.A., na Seguradoras Unidas, S.A.
08/10/20	Portaria 234/2020, de 8 de outubro - estabelece as características dos dísticos relativos ao contrato de seguro obrigatório e à isenção da obrigação de seguro, previstos do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto.
09/10/20	Setor segurador aplaude dístico a preto e branco.
14/10/20	Aprovada a alteração da Estrutura acionista da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. na sequência da aquisição, pela Mapfre Seguros Gerais, S.A., de uma participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., mantendo a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., a propriedade do capital social remanescente.
15/10/20	Apresentação à Comissão Europeia do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal
26/10/20	Início da Semana da Formação Financeira 2020.



COVID-19: O ESTRANHO ANO DE 2020. SEGUNDA PARTE DE UMA CRONOLOGIA DEDICADA A UM VÍRUS.

Dando sequência à cronologia que publicou na sua última edição, a APS continua a história cronológica de um vírus que ainda não tem cura. A 17 de novembro cumpriu-se um ano desde o primeiro doente diagnosticado com COVID-19, em Wuhan, na China. A reta final deste “estranho” ano de 2020 é marcada pelos avanços na descoberta de uma vacina.

29 DE MAIO

Conselho de Ministros alivia medidas e aprova o fim do “dever cívico de recolhimento”, a partir de 1 de junho.

31 DE MAIO

O primeiro-ministro, António Costa convida António Costa Silva, gestor da petrolífera Partex, para “coordenar a preparação do Programa de Recuperação Económica”.

04 DE JUNHO

Governo aprova o Programa de Estabilização Económica e Social (PEES).

10 DE JUNHO

O Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas é assinalado no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, com apenas dois oradores e seis convidados.

13 DE JUNHO

Fim das restrições especiais impostas na Área Metropolitana de Lisboa (AML) no âmbito da terceira fase de desconfinamento. Abertura dos centros comerciais e permitidas concentrações até 20 pessoas.

15 DE JUNHO

Fim das restrições especiais impostas na Área Metropolitana de Lisboa (AML) no âmbito da terceira fase de desconfinamento. Abertura dos centros comerciais e permitidas concentrações até 20 pessoas.

16 DE JUNHO

A Direção Geral de Saúde assegura todas as condições para Portugal receber a fase final da Liga dos Campeões de futebol. Os apoios excecionais de resposta à COVID-19 abrangem, nesta altura, 1,2 milhões de pessoas e 144 mil empresas, tendo sido pagos 778 milhões de euros, de acordo com declarações da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

18 DE JUNHO

Aprovado o prolongamento do *lay-off* simplificado até final de julho e novos apoios às empresas até ao final do ano.

23 DE JUNHO

Medidas de confinamento específicas para a AML entram em vigor. Os ajuntamentos ficam limitados a 10 pessoas e os estabelecimentos comerciais são obrigados a encerrar às 20h00.

01 DE JULHO

Portugal em situação de alerta, exceto a AML, que permanece em estado de contingência. Ainda dentro da AML, 19 freguesias de cinco concelhos permanecem em estado de calamidade. Os chefes de Estado e de Governo de Portugal e Espanha assinalam em Badajoz e Elvas a reabertura de fronteiras entre os dois países.

03 DE JULHO

Portugal é excluído dos corredores aéreos do Reino Unido que não obrigam britânicos a fazer quarentena.

21 DE JULHO

O Conselho Europeu chega a acordo para um pacote financeiro de ajuda aos Estados-membros da União Europeia. Em Lisboa, é apresentado a “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação 2020/2030”, documento da autoria de António Costa Silva.

24 DE JULHO

Anunciado o regresso a Portugal da Fórmula 1, a decorrer no Autódromo Internacional do Algarve, em Portimão.

26 DE JULHO

Portugal ultrapassa a barreira dos 50 mil infetados.

30 DE JULHO

O Conselho de Ministros aprova que bares e discotecas possam funcionar com as mesmas regras aplicadas a cafés e pastelarias. Autorizada a retoma das modalidades desportivas de pavilhão, mas sem público.

31 DE JULHO

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulga dados do Produto Interno Bruto (PIB): quebra de 16,5% no 2º trimestre de 2020 face ao período homólogo. Marta Temido, ministra da Saúde, revela que nos primeiros seis meses do ano se realizaram menos um milhão de consultas comparando com igual período de 2019.

01 DE AGOSTO

O uso de máscara na rua passa a ser obrigatório na Madeira. Final da Taça em futebol, disputada em Coimbra, sem público nas bancadas.

03 DE AGOSTO

Anunciado o primeiro dia sem vítimas mortais por COVID-19, em Portugal.

12 DE AGOSTO

Fase final da Liga dos Campeões, disputada em Lisboa, sem público nos estádios.

22 DE AGOSTO

O Reino Unido reabre o corredor aéreo a Portugal.

10 DE SETEMBRO

Conselho de Ministros aprova medidas a aplicar na situação de contingência, a vigorar a partir de dia 15. O Reino Unido volta a colocar Portugal na lista de países obrigados a fazer quarentena à chegada.

14 DE SETEMBRO

Arranque do ano letivo, Ensino básico e secundário. Regresso das aulas presenciais e obrigatoriedade de uso de máscara nas escolas.

15 DE SETEMBRO

Todo o território continental passa a situação de contingência devido ao regresso às aulas e ao trabalho presencial.

18 DE SETEMBRO

António Costa convoca gabinete de crise devido ao aumento contínuo de novos casos diários. A última reunião foi a 29 de junho.

04 DE OUTUBRO

Portugal ultrapassa os 2.000 óbitos, desde o início da pandemia. Ursula Von der Leyen visita Portugal e marca presença na reunião de Conselho de Estado.

13 DE OUTUBRO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê neste dia uma queda de 10% do PIB português, em 2020.

14 DE OUTUBRO

Governo eleva nível de alerta em Portugal continental para situação de calamidade. Apresenta proposta para que seja obrigatório o uso de máscara na via pública e a utilização da aplicação *STAYAWAY COVID*, que viria a retirar.

19 DE OUTUBRO

Portugal ultrapassa as 100 mil infeções por COVID-19.

22 DE OUTUBRO

Conselho de Ministros aprova uma resolução que proíbe a circulação entre concelhos do território de Portugal continental no período entre as 00h00 de 30 de outubro e as 00h30 de dia 3 de novembro, o fim de semana do “Dia de Finados”.

Atinge-se um novo recorde de casos (3.270) e Madeira prolonga a situação de calamidade até 30 de novembro.

23 DE OUTUBRO

Proposta de uso de máscara na via pública é aprovada no Parlamento.

24 DE OUTUBRO

Decorre o Grande Prémio de Fórmula 1 no Algarve, com público nas bancadas.

28 DE OUTUBRO

Obrigatório o uso de máscaras em espaços públicos.

29 DE OUTUBRO

Portugal ultrapassa todos os máximos desde o início da pandemia, transpondo pela primeira vez a fasquia dos 4.000 infetados diários (mais precisamente 4.244).

04 DE NOVEMBRO

É anunciado que cerca de um terço da população portuguesa já foi testada ao novo coronavírus.

05 DE NOVEMBRO

Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, anuncia o decreto sobre o Estado de Emergência, pelo período de 15 dias, entre 9 e 23 de novembro, após parecer favorável do Governo. Recolher obrigatório nos fins-de-semana das 13h00 às 5h00 do dia seguinte, em 114 concelhos.

17 DE NOVEMBRO

O primeiro caso conhecido de COVID-19 no mundo foi diagnosticado há um ano na província chinesa de Hubei, em Wuhan. Hungria e Polónia vetam orçamento plurianual da União Europeia para 2021-2027 e Fundo de Recuperação (750 mil milhões de euros).

18 DE NOVEMBRO

A farmacêutica norte-americana Pfizer e o laboratório de biotecnologia alemão BioNtech divulgaram uma eficácia de 95% da vacina contra a COVID-19 após a apresentação dos resultados finais da terceira e última fase do ensaio clínico da vacina da Pfizer. Revista científica Lancet revela que vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford mostra ser segura e provocar uma resposta imunitária em pessoas mais idosas. Vacina da Moderna apresenta eficácia de 94,5%.

19 DE NOVEMBRO

Portugal com um novo recorde de infeções: 6.994 novos infetados e 69 mortes em 24 horas. Marcelo Rebelo de Sousa envia ao Parlamento um projeto de diploma da renovação do Estado de Emergência por mais 15 dias, de 24 de novembro até 8 de dezembro.

20 DE NOVEMBRO

Parlamento aprova novo Estado de Emergência.



OS SEGUROS E A PANDEMIA

A epidemia provocada pela COVID-19¹, para além das consequências trágicas em termos de perdas de vidas humanas, terá um custo estimado para a economia global de 12 triliões de USD em 2020, colocando a economia mundial em recessão, fruto das medidas decretadas pelos Governos nacionais de confinamento, de restrições na mobilidade e de encerramento de determinadas atividades económicas. Teremos um decréscimo no PIB em praticamente todas as economias mundiais, nomeadamente nas principais, com a China a conseguir, ainda assim, que a sua estimativa apresente um crescimento ligeiro.

As nefastas consequências económico-sociais em todos os sectores de atividade e em todo o tipo de empresas, independentemente da sua dimensão, são hoje uma realidade com que todos nos vimos confrontados. Esta crise pandémica veio demonstrar o quanto o nosso sistema financeiro e os sistemas de saúde nacionais são vulneráveis. O mercado financeiro está presentemente a demonstrar uma enorme volatilidade, devido à incerteza que existe sobre o fim da crise pandémica e o valor do impacto, no fim da mesma. Já os sistemas de saúde acabaram por colapsar em alguns países, chegando ao ponto extremo de se terem de tomar decisões impensáveis, na gestão da vida das pessoas.

Quanto ao setor segurador, especialistas têm apontado as principais consequências a fazerem-se sentir, em resumo, em 4 dimensões³: **Balanço** (diminuição do valor dos Ativos), **Demonstração de Resultados** (menor volume de prémios emitidos como resultado da queda do PIB e aumento do custo de resseguro), **Liquidez** (menores rendimentos financeiros, potencial atraso nas cobranças de prémios) e **Capital** (deterioração do valor e da qualidade da carteira de investimentos).

Entre as linhas de negócio mais expostas ao risco pandémico, a nível internacional, encontramos os ramos de Não-Vida de Perdas de Exploração, de Riscos Cibernéticos, de Responsabilidade Civil, de Cancelamento de Eventos e de Viagem. Nos ramos de Vida, as reflexões mais relevantes serão percebermos qual é o excesso de mortalidade, em função da COVID-19 e o impacto da evolução dos mercados financeiros e da capacidade de poupança.

A estimativa das perdas seguras globais relacionadas com a COVID-19 aponta para um custo total entre €30 mil milhões e €100 mil milhões, ao que se adicionarão os custos com sinistros relacionados com os outros riscos catastróficos. Aqui incluímos, por exemplo, as perdas relacionadas com os furacões no Atlântico Norte, e que poderão transformar o ano de 2020 num dos anos mais relevantes no valor de custos com sinistros. Por outro lado, a redução dos rendimentos financeiros está a gerar um aumento generalizado no custo das proteções de resseguro e de retrocessão (aumento no custo de resseguro em 30% a 50% no Japão, 20% a 30% na Florida e no intervalo entre 5% a 10% em outros mercados).

De acordo com o relatório de Junho de 2020 do Banco de Portugal, é projetada uma queda do PIB nacional de 9.5% para o ano de 2020 e um aumento



José Leão

Presidente da Comissão
Técnica Riscos
Catastróficos, APS

Head of Reinsurance,
Grupo Ageas Portugal

¹é o nome, atribuído pela Organização Mundial da Saúde, à doença provocada pelo novo coronavírus SARS-COV-2

²Fonte: Fundo Monetário Internacional, Junho de 2020

³Fonte: Grupo Marsh & McLennan Companies.



da taxa de desemprego para 10.1%, refletindo a paralisação abrupta da atividade económica no 1º semestre do ano.

Em termos de produção de seguros, o volume de prémios acumulado de Janeiro a Outubro de 2020 apresenta uma diminuição de 41.6% no ramo Vida e um aumento de 4.0% nos ramos Não-Vida (mas que em março se situava no 6.7%).³ A sinistralidade nos ramos Não-Vida, apresentou um decréscimo fruto da menor mobilidade e do confinamento, mas estima-se que no 2º semestre do ano esta volte de novo a aumentar (ex: multiriscos, automóvel, saúde), quer pelo incremento de custos decorrente da pandemia (ex: testes, tratamentos oncológicos adiados e em AT), quer ainda por um possível incremento da fraude, típico de períodos de crise.

O setor segurador, ao ser chamado a intervir durante esta crise pandémica, reagiu de uma forma rápida, comunicando de uma forma próxima com os seus Clientes, acelerando os processos de digitalização em curso, criando novas soluções on-line (em especial, na área da Saúde), revisitando os conteúdos de prevenção e de informação sobre os procedimentos em caso de sintomas, adequando os níveis de oferta de forma a minorar o impacto no negócio das empresas, simplificando processos de subscrição na aceitação de riscos e na regularização de sinistros, entre outros. Com os Colaboradores, as empresas do setor foram capazes de privilegiar o traba-

lho remoto, reduzindo as necessidades de mobilidade, medida essa fundamental para reduzir o risco de contágio, salvaguardando a sua saúde e bem-estar, bem como das suas famílias.

Ao nível da Associação Portuguesa de Seguradores, foi criado um Fundo Solidário, que se destinará a apoiar os familiares de um conjunto de profissionais que, no exercício da sua profissão ou de missão voluntária, tenham testado positivo à doença COVID-19 e, em consequência dela, tenham falecido ou venham a falecer.

Podemos dizer que, perante este evento, o setor segurador mostrou-se sólido, mas com novos e entusiasmantes desafios pela frente.

A nível global, as economias que com maiores taxas de penetração de seguros são aquelas que agora apresentam um nível de recuperação inicial mais sustentado, podendo ser por isso interpretadas como economias mais resilientes.

Portugal apresenta uma taxa de poupança do rendimento disponível baixa (tendo atingido um valor mínimo de 4% no 3º trimestre de 2018, quando em 1995 era de 15%) e tem uma taxa de penetração de seguros, nomeadamente para o risco sísmico, muito aquém da exposição ao risco (apenas 15% do parque habitacional nacional tem cobertura de seguros para sismos), pelo que é urgente tomar medidas que contribuam para o aumento quer da

³APS – Associação Portuguesa de Seguradores.

A nível global, as economias que com maiores taxas de penetração de seguros são aquelas que agora apresentam um nível de recuperação inicial mais sustentado.



literacia financeira quer da perceção na sociedade, para esta tipologia de riscos catastróficos, bem como na identificação das medidas de prevenção que nos permitam mitigar o aparecimento destes riscos e o impacto por eles gerados.

Revela-se assim fundamental a concretização de um diálogo aberto entre as entidades públicas e o setor privado, no lançamento do tema das soluções de resiliência partilhada, porque esta tipologia de eventos e de riscos são de uma dimensão tão elevada que, atuando isoladamente, nenhum dos *stakeholders*, por si, será capaz de criar uma solução efetiva.

Numa situação de risco pandémico, pela sua dimensão, os princípios de mutualização e de diversificação do risco, que são a base do conceito de Seguro, não estão garantidos.

De acordo com o último relatório da EIOPA⁴, os prémios de seguros do ramo de Perdas de Exploração recolhidos durante 100 anos não chegam para pagar 2 meses de sinistros relacionados com a paragem da atividade resultante do risco pandémico. A situação torna-se ainda mais grave se tivermos em conta a possibilidade de os Governos terem necessidade de procederem ao confinamento das nossas vidas e das empresas, o que torna a exposição ainda mais agravada.

Deste modo, torna-se relevante pensar em soluções adicionais que complementem, o que a indústria

seguradora e resseguradora pode oferecer. É neste âmbito que devemos considerar as soluções de resiliência partilhada⁵ que assentam em 4 elementos: i) caracterização do risco, ii) prevenção do risco, iii) desenho do produto e iv) transferência do risco.

A modelização do risco e a obtenção de dados, que se encontram quer na posse de entidades públicas quer do setor privado, são um tema chave (percentagem da população que utiliza transportes públicos, rácios de contágio, índice de mobilidade, percentagem de população imune, capacidade de testagem ao longo do tempo), geridos com um enquadramento da Proteção de Dados.

Há que aproveitar ainda a maior perceção do risco e a implementação de medidas de prevenção, que resultou da experiência da primeira vaga da pandemia. Temos exemplos implementados quer no setor privado (planos de continuidade de negócio, trabalho remoto, testes) quer no setor público (maior capacitação hospitalar, aumentar a capacidade de testar e de controlar os surtos de contágio). Este é, sem dúvida, um desafio para o nosso setor. O de criar ferramentas que consigam medir a eficiência destas medidas de prevenção e refleti-las posteriormente nos prémios de seguro.

Ao nível do desenho do produto, as questões que estão a ser discutidas entre diversas entidades e fóruns assentam no regime obrigatório ou voluntário cobertura, se deverá ser considerada como uma cobertura adicional ou um

⁴EIOPA – Issues Paper on Shared Resilience Solutions for Pandemics, July 2020

⁵EIOPA – Issues Paper on Shared Resilience Solutions for Pandemics, July 2020

Assistimos a uma maior frequência de fenómenos da natureza catastróficos ao longo de vários anos, onde Portugal não foge à regra, pelo que toda a sociedade se deve empenhar para tomar comportamentos de prevenção e de proteção que permitam enfrentá-los com maior segurança e eficácia.

novo produto, se deverá ser suportado por produto paramétrico, onde o pagamento do sinistro é baseado num parâmetro ou índice previamente definido, ou numa cobertura tradicional. É importante reforçar, neste ponto, a mensagem de que o impacto económico não resulta do risco pandémico em si mesmo, mas das medidas que resultam do confinamento decretadas pelos Governos nacionais e instituições europeias, em função da gravidade da evolução da pandemia.

Acima da franquia assumida pelos tomadores de seguro, a transferência de risco deverá estar prevista e assegurada por diferentes camadas de proteção, a saber: uma primeira camada representada pela indústria seguradora ou Pool de seguradoras, uma segunda camada representada pelo mercado de resseguro, uma terceira camada constituída pelos diferentes Estados nacionais e, por fim, uma última camada suportada pela União Europeia. O papel de cada camada deve estar previsto e definido de uma forma clara e transparente. Será uma transferência de risco dinâmica

ao longo do tempo, isto é, no início será esperado que a capacidade privada disponível seja mais limitada, mas à medida que existir um maior conhecimento do risco e em como o avaliar, a indústria Seguradora e Resseguradora poderão aumentar o seu suporte, trazendo capacidade, atuando o Estado e a UE como resseguradores de última instância.

A União Europeia pode e deve facilitar, incentivar e coordenar o lançamento destas iniciativas, buscando a criação deste tipo de soluções. Portugal, ao contrário de outros países, não dispõe de nenhuma solução criada para enfrentar, por exemplo, o risco sísmico e deverá aproveitar esta oportunidade para relançar de novo a discussão sobre o tema.

A implementação de soluções nacionais, na União Europeia, visa minorar os efeitos na economia deste tipo de riscos, evitando a fragmentação económica entre os países que a constituem e limitando a exposição desta como ressegurador de última instância.

A criação de uma metodologia que permita analisar a nível macro quais as melhores práticas em cada país ou região poderá permitir identificar melhor e de uma forma consistente quais os indicadores que irão agilizar o pagamento de sinistros e quais os limites a aplicar.

O financiamento ou o apoio como ressegurador, de última instância, pode ficar condicionado à implementação destas soluções a nível nacional. Será recomendável que cada País tenha o seu dashboard de gestão de riscos catastróficos e identificadas as soluções implementadas para os enfrentar.

Por fim, deveremos ser capazes de suportar a criação de um programa de seguro para o risco pandémico que permita acelerar a recuperação económica e contribua para uma mudança nos valores da sociedade, aumentando a perceção para este tipo de riscos e melhorando os comportamentos preventivos de todos os intervenientes (Clientes, Parceiros, Seguradoras Resseguradores, Estado, Comunidade).

Uma última nota para realçar o risco relacionado com as mudanças climáticas, risco esse que não deve ser subestimado. **Assistimos a uma maior frequência de fenómenos da natureza catastróficos ao longo de vários anos, onde Portugal não foge à regra, pelo que toda a sociedade se deve empenhar para tomar comportamentos de prevenção e de proteção que permitam enfrentá-los com maior segurança e eficácia.**

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS E O SETOR SEGURADOR

ENQUADRAMENTO

O tema das “finanças sustentáveis” [Sustainable Finance] tem sido uma questão muito presente na agenda dos legisladores e supervisores europeus nos últimos tempos.

Os projetos legislativos em preparação e em fase de implementação, muitos deles com objetivos e calendários bastante ambiciosos, irão ter impactos diretos e indiretos no setor segurador, sendo de destacar o facto da Comissão Europeia ter apresentado muito recentemente, em julho último, propostas que visam incorporar a sustentabilidade em dois diplomas basilares para a atividade seguradora: o regime prudencial aplicável a empresas de seguros (Diretiva Solvência II) e o regime aplicável à distribuição de seguros (Diretiva da Distribuição de Seguros – IDD/DDS).

Podemos distinguir claramente três grandes áreas onde a regulamentação relacionada com sustentabilidade (ESG) assume uma particular relevância no setor segurador:

- Nos investimentos;
- Na comercialização de produtos de poupança; e
- Na subscrição de riscos.

ÁREA DE INVESTIMENTOS

A área de investimentos é aquela que, à primeira vista, será mais afetada pelos desenvolvimentos legislativos e regulamentares em torno da sustentabilidade. Efetivamente, enquanto grande investidor institucional, o setor segurador poderá, caso sejam criadas as condições para tal, dar um importante contributo para o financiamento sustentável da economia, embora salvaguardando sempre as preocupações relacionadas com o equilíbrio na gestão de ativos-passivos e com o binómio rentabilidade/risco.

Considerando que a esmagadora maioria da carteira das seguradoras – cerca de 70% - está investida em títulos de dívida pública e privada, são especialmente relevantes para o setor os desenvolvimentos legislativos e regulamentares associados à criação de requisitos para “Obrigações Verdes” (“Green Bonds”) e/ou que ajudem a identificar claramente o que são ativos ou projetos considerados sustentáveis (a taxonomia é, certamente, um dos meios possíveis para lá chegar mas existem ainda muitas interrogações sobre como a implementar na prática).

Por outro lado, dado o volume da carteira de ativos do setor (mais de 55 mil milhões de euros, só em Portugal), para além de criar mecanismos de classificação, é também importante garantir uma maior disponibilidade de ativos ESG em mercados regulamentados. Para tal será muito relevante criar as condições adequadas e fomentar a utilização do mercado de capitais como meio de financiamento das empresas. Espera-se que para isto consigam contribuir as iniciativas atualmente em curso relacionadas com a União de Mercado de Capitais (“Capital Markets Union” – CMU).



Luís Malcato

Diretor do Gabinete de Assessoria Económico-Financeira da APS

ÁREA DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE POUPANÇA

A outra vertente, igualmente importante, destes avanços a nível legislativo, é a proteção dos aforradores através do fornecimento de informações estandardizadas, transparentes e claras que permitam tomar decisões adequadas de investimento, seja aquando da celebração do contrato de seguro, seja no decurso do mesmo.

O Sustainability Finance Disclosure Regulation (SFDR) é uma das iniciativas legislativas que assenta nesta preocupação. Este regulamento apresenta vários desafios na sua implementação uma vez que existem vários pontos de contacto com outra legislação em vigor ou em desenvolvimento (por exemplo, com a revisão da diretiva de informação não financeira, com a Diretiva da Distribuição, entre outras...) que necessitam de ser acautelados para evitar sobreposições, mas também porque carece de regulamentação que se estima que venha apenas ser formalmente publicada pouco tempo antes da sua entrada em vigor (10 de março de 2021), deixando, portanto, muito pouco tempo para a sua implementação por parte dos operadores.

Neste domínio, e como forma de dar algum tipo de confiança aos investidores com preocupações com a sustentabilidade, seria talvez importante definir algum tipo de mecanismo de certificação para produtos financeiros sustentáveis (uma “Ecolabel” ou algo equivalente).

ÁREA DE SUBSCRIÇÃO DE RISCOS

Embora talvez menos evidente para quem não esteja bem familiarizado com o negócio segurador, é importante não esquecer que a verdadeira essência do negócio segurador está na gestão de riscos (a sua identificação, modelização, mensuração e mitigação).

Efetivamente, através de mecanismos de prevenção e mitigação do risco, e da mutualização deste entre os vários agentes económicos, o setor segurador contribui para proteger a sociedade, estimula a inovação e apoia o desenvolvimento económico, pelo que poderá ter também um forte papel a desempenhar na promoção de práticas tendentes a um desenvolvimento mais sustentável.

É, portanto, sem surpresa que assistimos a propostas da Comissão Europeia, através de regulamentação subsequente à Diretiva de Distribuição de Seguros (IDD/DDS), visando a incorporação de preocupações com a sustentabilidade na política de conceção, aprovação e governação dos produtos (“Product Oversight and Governance” - POG). Neste domínio é fundamental que tais requisitos, a serem introduzidos, o sejam de forma ponderada e que não sejam cegamente aplicáveis de forma transversal, mesmo a produtos não afetados por fatores de risco ESG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sem a existência das imposições legais e regulamentares acima referidas, o setor segurador está ciente dos crescentes desafios ambientais, sociais e de governação que enfrenta. Está também ciente de como as questões ESG estão, de forma interligada e complexa, cada vez mais a influenciar os fatores de risco tradicionais, razão pela qual têm vindo progressivamente a



incorporar fatores de sustentabilidade nas suas análises e avaliações de riscos. Exemplos disto são as práticas de subscrição negativa já anunciadas por diversas seguradoras a nível mundial que têm como objetivo reduzir ou eliminar a exposição a setores de atividade que têm impactos ambientais negativos (por exemplo, exploração de combustíveis fósseis).

A indústria seguradora apoia, genericamente, os ambiciosos objetivos do “European Green Deal” para uma economia sustentável na União Europeia, o que, entre outras coisas, implica uma economia com zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2050.

Mas é fundamental que as diferentes iniciativas da Comissão Europeia relacionadas com Finanças Sustentáveis atualmente em curso consigam atingir os seus objetivos de uma forma adequada, incluindo, no caso específico do setor segurador:

/ O estabelecimento de conteúdos realistas e prazos de implementação exequíveis para a regulamentação de nível 2, tanto no que respeita à taxonomia, como para as divulgações relacionadas com sustentabilidade (SFDR e NFRD);

/ A criação de instrumentos legislativos e regulamentares que visem garantir que as empresas emittentes forneçam de forma estruturada os dados necessários para uma devida avaliação sobre sustentabilidade por parte dos investidores institucionais;

/ A revisão do regime Solvência II para garantir que sejam introduzidas alterações com vista a promover uma avaliação adequada dos riscos do negócio de longo prazo para permitir ao setor segurador investir no longo prazo e assim apoiar a União Europeia nos seus objetivos de atingir neutralidade carbónica e crescimento económico sustentável. Qualquer barreira regulamentar

o setor segurador
contribui para proteger
a sociedade, estimula a
inovação e apoia
o desenvolvimento
económico.

ao investimento de longo prazo por parte do setor segurador será também um obstáculo ao investimento sustentável, pelo que as melhorias que possam ser introduzidas na conceção e na calibração do atual regime prudencial para melhor refletir a natureza de longo prazo do negócio segurador beneficiará a promoção do investimento sustentável. Em todo o caso, deverá evitar-se cair na tentação de procurar estimular as empresas de seguros a investir de forma sustentável através da criação de incentivos/desincentivos artificiais ao nível das cargas de capital aplicáveis sobre os ativos com base em qualificações verdes/castanhas. Esta prática nunca estará alinhada com os princípios do regime solvência II (que segue uma abordagem económica baseada nos riscos). E, como tal, a serem criados incentivos diretos a investimentos sustentáveis, estes deverão ser de outra natureza, por exemplo através de apoios de natureza orçamental (fiscais ou outros).

Por fim, e a terminar, note-se que Portugal terá um papel muito importante a desempenhar em matéria de sustentabilidade, não só no adequado desenvolvimento e implementação de iniciativas locais, mas também a nível europeu pois espera-se que muitos dos projetos acima mencionados tenham desenvolvimentos relevantes no decurso da presidência portuguesa da União Europeia (primeiro semestre de 2021).





**Pedro Romano
Martinez**

Professor Catedrático da
Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa

TELETRABALHO ALGUMAS PONDERAÇÕES SOBRE O REGIME JURÍDICO VIGENTE E DÚVIDAS QUE SUSCITA

Sendo o teletrabalho uma figura conhecida e regulada no sistema jurídico português, passou a ter uma dimensão prática muito relevante com a pandemia. Com efeito, primeiro, com o artigo 6.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, e, posteriormente, com o Decreto-Lei n.º 94-A/2020, de 3 de novembro, que aditou o artigo 5.º-A ao Decreto-Lei n.º 79-A/2020, de 1 de outubro, determinou-se a obrigatoriedade da «adoção do regime de teletrabalho, independentemente do vínculo laboral, sempre que as funções em causa o permitam e o trabalhador disponha de condições para as exercer, sem necessidade de acordo escrito entre o empregador e o trabalhador».

O teletrabalho surgiu pela primeira vez regulado na ordem jurídica portuguesa com o Código do Trabalho (CT), em 2003, encontrando-se hoje nos artigos 165.º a 171.º do CT, enquadrado como uma das modalidades de contrato de trabalho.

Há duas diferenças significativas entre o regime do teletrabalho previsto no CT e o que decorre, nomeadamente do artigo 5.º-A do Decreto-Lei n.º 79-A/2020. Por um lado, o teletrabalho regulamentado respeita tão-só à prestação laboral realizada com subordinação jurídica (artigo 165.º do CT), enquanto no regime recente aplica-se igualmente ao designado trabalho autónomo ou independente. Por outro, o teletrabalho previsto no Código assenta na autonomia privada, resultando de contrato escrito para prestação subordinada de trabalho (artigo 166.º do CT), enquanto o novo regime é imposto, prevalecendo sobre a liberdade contratual das partes. É certo que já se previam hipóteses limitadas em que o teletrabalho podia ser, por vontade do trabalhador, imposto ao empregador (artigo 166.º, n.ºs 2 e 3, do CT); mas não imposto ao trabalhador.

No teletrabalho, o prestador da atividade, conectado por meios eletrónicos, trabalha para a empresa beneficiária à distância, nomeadamente no seu domicílio. Ainda que, em sentido lato, o teletrabalho abrange qualquer atividade prestada à distância, em sentido estrito, relaciona-se com situações em que o trabalhador se encontra conectado por meios eletrónicos à empresa beneficiária da atividade; daí que se circunscreva à prestação de trabalho intelectual. Há diversas atividades que podem ser prestadas fora da empresa, à distância (p. ex., distribuição de mercadorias, confeção de matéria prima), mas para se tratar de teletrabalho *proprio sensu* é pressuposto que a atividade em si seja realizada mediante o recurso a tecnologias de informação e de comunicação.

O teletrabalho apresenta vantagens, tanto para as empresas como para os trabalhadores, o que justificou a aposta nesta via constante do Acordo-Quadro



Sobre o Teletrabalho, celebrado pelos parceiros sociais europeus em 16 de julho de 2002. Mas há igualmente inconvenientes. Na medida em que o prestador da atividade, conectado por meios eletrónicos à empresa, presta a atividade, por exemplo, em sua casa, o respeito pelo período normal de trabalho, pelas regras de segurança e saúde no trabalho (artigo 169.º, n.º 1, do CT), etc. pode ser de difícil averiguação, tanto pelas partes como pelo regulador (ACT); acresce que a implementação de tais regras pode igualmente ser complexa.

Há ainda duas questões relevantes a ponderar.

Em primeiro lugar a conjugação entre o poder de direção do empregador, nomeadamente através do controlo sobre a atividade do trabalhador, com a consequente disciplina, e a privacidade do prestador de trabalho que desempenha a atividade fora da empresa, muitas vezes no seu domicílio. No artigo 170.º do CT, tenta conciliar-se o respeito pela privacidade do teletrabalhador com o controlo da atividade por parte da empresa beneficiária, mas a correspondente concretização suscita dúvidas, principalmente quando o teletrabalho não resultou de acordo livremente negociado.

O segundo problema respeita ao isolamento do trabalhador relativamente à empresa, tanto no contacto com os restantes colegas de trabalho como na falta de inserção na estrutura organizativa, com frequente preterição na progressão da carreira. Por isso se admite, em determinados casos, a reversão da situação, regressando o trabalhador ao regime comum (artigo 166.º, n.º 6, do CT) e a possibilidade de manter contactos

com as estruturas de representação coletiva (artigo 171.º do CT).

Neste contexto, particularmente nas situações em que o teletrabalho é prestado no domicílio do trabalhador (subordinado ou independente) sem assentar no acordo das partes, há determinadas questões a ponderar.

Quanto às condições necessárias para a atividade ser prestada no domicílio do trabalhador, importa atender não só a aspetos de exequibilidade, como também de segurança, salubridade, etc.; cabendo indagar se o empregador ou beneficiário da atividade pode verificar as condições (inspecionado o local) e se tem de proporcionar as condições de trabalho (facultando computador, mesa, cadeira, internet, etc.). Suscitam-se seguidamente questões decorrentes do facto de a atividade laboral ser prestada de modo intercalado com trabalhos domésticos, que pode ter repercussão no resultado final, afetando eventualmente a retribuição em função do resultado ou a progressão na carreira, assim como nos acidentes de trabalho.

O teletrabalho, pode implicar uma redução de risco empresarial, na medida em que os trabalhadores não se deslocam (eliminando os acidentes *in itinere*) nem permanecem na empresa, mas, concomitantemente, determina um incremento de risco de acidentes domésticos, cuja causa poderá estar relacionada com a maior permanência do trabalhador na sua residência. Ora o cálculo actuarial do risco de acidente de trabalho de 100 trabalhadores numa empresa não é transponível para a manutenção de atividade dos mesmos 100 trabalhadores nos respetivos domicílios.

